

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**FABIO LEOPOLDO CAMURUGI ARÊAS**

**ORÇAMENTO FAMILIAR COMO FORMA DE PLANEJAMENTO PARA  
CONSUMO DE PARTICIPANTES DE CLASSES SOCIAIS DISTINTAS: UMA  
PESQUISA REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANEB (AABANEB)**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2013**

**FABIO LEOPOLDO CAMURUGI ARÊAS**

**ORÇAMENTO FAMILIAR COMO FORMA DE PLANEJAMENTO PARA  
CONSUMO DE PARTICIPANTES DE CLASSES SOCIAIS DISTINTAS: UMA  
PESQUISA REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANEBA (AABANEBA)**

Trabalho monográfico apresentado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Orçamento Familiar

Orientador(a): Prof. Jorge Fernandes

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2013**

A724o

Arêas, Fábio Leopoldo Camurugi.

Orçamento familiar como forma de planejamento para consumo de participantes de classes sociais distintas: uma pesquisa realizada na Associação Atlética BANEBA (AABANEBA) / Fábio Leopoldo Camurugi Arêas, 2013.

66f.

Orientador (a): Jorge Fernandes.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

Referências: f.58-62.

1. Finanças pessoais – Planejamento. 2. Orçamento doméstico. I. Fernandes, Jorge. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III.T.

CDD: 332.024

**FABIO LEOPOLDO CAMURUGI ARÊAS**

**ORÇAMENTO FAMILIAR COMO FORMA DE PLANEJAMENTO PARA  
CONSUMO DE PARTICIPANTES DE CLASSES SOCIAIS DISTINTAS: UMA  
PESQUISA REALIZADA NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANEBA (AABANEBA)**

Trabalho monográfico apresentado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Orçamento Familiar

Orientador(a): Prof. Jorge Fernandes

Vitória da Conquista, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Jorge Luiz Santos Fernandes

Mestre em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú

Orientador

Antônio dos Santos

Mestre em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú

Wesley Gusmão Piau Santana

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Dedico esta Monografia à minha Avó, Normilda (Budida), um exemplo de Mulher, que dedicou sua vida para sempre me dar o melhor. Hoje, minha pequena retribuição ao seu esforço. Amo-te!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a DEUS, por me conceder saúde para que eu chegasse até este momento.

A minha Mãe, Joseane, pois seu exemplo de dedicação, simplicidade e força foram essenciais durante toda a minha trajetória acadêmica.

Ao meu Pai, Eduardo, que através dos seus grandes ensinamentos – dentre eles, destaco a honestidade e integridade – me fez tornar o homem que sou.

Ao meu orientador, Jorge, que além de acreditar na importância desta Pesquisa, orientou-me de forma exemplar e com muita competência.

Ao grande Amor da minha vida, Cecília, pois a sua presença em minha vida foi mola propulsora para que eu me tornasse um ser humano melhor.

E aos meus irmãos, Bruna, Marcelinho, Ana Clara e Maria Eduarda, pelo simples fato de serem meus irmãos, amo vocês.

“Em todas as grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer.”

Mahatma Gandhi

## RESUMO

A evolução patrimonial, provavelmente é um dos grandes focos da organização pessoal e familiar (similar como em qualquer organização empresarial). Para tanto, quando se trata da salvaguarda, da análise e demonstração de suas mutações, a Ciência Contábil entra em ação, pois é considerada no meio acadêmico como a Ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades econômico administrativas, sendo essa sua finalidade, independentemente de ser pessoa física ou jurídica. A Pesquisa realizada teve como finalidade, analisar a elaboração do Orçamento Familiar como forma de planejamento para o consumo, dentre as classes sociais distintas da AABANEBA (Associação Atlética do Bando do Estado da Bahia). O resultado final deste trabalho pode proporcionar perspectivas para atuação em novo mercado de trabalho para o pesquisador, qual seja, como consultor em “finanças pessoais ou de famílias”, por exemplo. Pretendeu-se nesta análise, compreender o uso do Orçamento para planejamento de consumo e, também, promover o reforço da Ciência Contábil como Ciência Social capaz de aplicação em diversas áreas do conhecimento, incluindo neste caso, a Economia doméstica. Buscou-se conhecer sobre Família, Planejamento, Orçamento Familiar, Controle, hábitos de consumo e forma de controle dos associados deste clube. Para responder as questões problemas desta pesquisa, foi usado pesquisa de campo com abordagem quantitativa. No tocante à coleta de dados junto aos sócios contribuintes, fez-se uso de questionário estruturado, o qual foi analisado a elaboração do Orçamento Familiar como planejamento para consumo dentre classes sociais distintas, tendo como delimitação espacial a AABANEBA, temporal o ano de 2013. Partiu-se da ideia que os associados elaboram o Orçamento Familiar voltado para planejamento de consumo, no entanto, sua aplicação se faz de forma diferente de acordo com a classe social. Dentre os resultados da pesquisa, verificou-se que dos 60 participantes em suas diferentes classes sociais, aproximadamente 70% planejam suas finanças através do Orçamento Familiar e aproximadamente 52% elaboram o seu orçamento voltado para o consumo.

**Palavras-chave:** Orçamento Familiar, planejamento, controle, classes sociais

## ABSTRACT

The patrimonial evolution probably is one of the greatest focus of the personal organization and familiar (similar as any other business organization). Therefore, when it comes to the safeguard of the analysis and demonstration of its mutations, the Science Accounting come into, because it's regarded in academic circles as the science that studies and manages the assets of the economic administrative entities, and having this purpose, regardless of being and individual or an entity. The research had as the goal, analyze the family budget as a planning way to the consumption, between the classes distinguished by AABANE. The final result of this work can provide perspectives to the performance in a new market to any research, like consultant in "personal financials or families", for example. In this analysis it was purposed to comprehend the use of the budget to plan the consume and also promote the reinforcement of the Accountant Science as a Social Science with a capable application in many knowledge areas, including in this case, the domestic economy. It sought to know about Family, Planning, Family Budget, Control, Consumer Habits and the control ways of this club associated members. To answer these problems questions of this research, it was used the field research with quantitative approach. With the data collected from the contributing partners, it was used a structured questionnaire, which was analyzed the elaboration of the Family Budget with the planning to the consume between the distinguished social classes, having as the space delimitation the AABANE in the year of 2013. It came from the idea that the associated members elaborate the Family Budget for the consume planning, however, its application has a different way according to which social class. Between the research results, it was verified that 60 participants in different social classes, about 70% plan their financial through the Family Budget and about 52% elaborate their budget turned to the consume.

**Keywords:** Family Budget, Planning, Control, Social Classes

## **LISTA DE QUADRO**

Quadro 1 Estado da Arte da Temática 2013

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Estrutura organizacional da empresa e da família
- Figura 2 Controle do orçamento familiar 1
- Figura 3 Controle do orçamento familiar 2
- Figura 4 Hierarquia das necessidades
- Figura 5 Estratificação de classes sociais pela renda familiar
- Figura 6 Pessoas pertencentes ao núcleo familiar de acordo com cada classe social
- Figura 7 Pessoas que contribuem na renda familiar
- Figura 8 Planejamento das finanças
- Figura 9 Famílias que planejam através do orçamento
- Figura 10 Quesito mais relevante na elaboração do orçamento familiar
- Figura 11 Item que mais compromete o orçamento familiar
- Figura 12 Ferramenta de controle
- Figura 13 Situação financeira das famílias
- Figura 14 Capacidade de quitação de dívidas

## **LISTA DE TABELAS**

- |          |  |
|----------|--|
| Tabela 1 | Estado da Arte   |
| Tabela 2 | Fontes de renda incorporadas ao salário                                      |
| Tabela 3 | Investimentos de renda fixa  |
| Tabela 4 | Classes sociais por renda salarial familiar                                  |
| Tabela 5 | Prioridades na elaboração do orçamento familiar dentre as diferentes classes |

## LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

AABANEB	Associação Atlética do Banco do Estado da Bahia
BOVESPA	Bolsa de Valores e Mercado Futuro de São Paulo
BRADESCO	Banco Brasileiro de Desconto
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CETIP	Central de Custódia de Títulos Privados
FIBRA	Fundação Itaipú Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto de Estudos Financeiros
IR	Imposto de Renda
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
RDB	Recibo de Depósito Bancário
%	Porcentagem

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 <b>TEMA</b> .....	16
1.2 <b>OBJETIVOS</b> .....	16
1.2.1 <b>Objetivo Geral</b> .....	16
1.2.2 <b>Objetivos Específicos</b> .....	16
1.3 <b>PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	16
1.3.1 <b>Questão Problema</b> .....	16
1.3.2 <b>Questões Secundárias</b> .....	16
1.4 <b>HIPÓTESE</b> .....	17
1.5 <b>JUSTIFICATIVA</b> .....	17
1.6 <b>VISÃO GERAL</b> .....	18
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	19
2.1 <b>ESTADO DA ARTE</b> .....	20
2.2.1 <b>Família</b> .....	20
2.2.2 <b>Planejamento</b> .....	22
2.2.3 <b>Orçamento</b> .....	23
2.2.3.1 <i>Orçamento Base zero</i> .....	25
2.2.3.2 <i>Orçamento de Tendência</i> .....	25
2.2.3.3 <i>Orçamento Flexível</i> .....	25
2.2.3.4 <i>Orçamento Estático</i> .....	26
2.2.4 <b>Orçamento Familiar</b> .....	26
2.2.4.1 <i>Receitas</i> .....	30
2.2.4.2 <i>Despesas</i> .....	34
2.2.5 <b>Controle</b> .....	37
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	39
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	41
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58

APÊNDICE

ANEXO

## 1. INTRODUÇÃO:

Por uma questão de sobrevivência, as pessoas necessitam trabalhar para que se obtenha renda – mensal, quinzenal etc. – necessária para suprir gastos pessoais ou familiares. A partir disso, tem-se a percepção de que estes recursos serão destinados para gastos considerados primordiais e/ou supérfluos. No entanto, é de grande importância que se tenha o mínimo de organização com as finanças pessoais, sempre com vistas ao aumento e/ou manutenção do patrimônio.

A evolução patrimonial, provavelmente é um dos grandes focos da organização pessoal e familiar (similar como em qualquer organização empresarial). Para tanto, quando se trata da salvaguarda, da análise e demonstração de suas mudanças, a Ciência Contábil entra em ação, pois é considerada no meio acadêmico como a Ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades econômico administrativas, sendo essa sua finalidade, independentemente de ser pessoa física ou jurídica.

Desta forma, familiarizar-se e aplicar os conceitos Orçamentários e Contábeis num processo contínuo, e, acima de tudo, dar a devida importância para a correta administração financeira, será imprescindível para uma boa gestão dos recursos próprios e familiares.

Conhecendo que as pessoas, provavelmente, têm dificuldade de gerir seus recursos financeiros, pois não realizam planejamento para consumo, ou seja, gastam mais do que ganham e tendem a permanecer em constante dificuldade financeira, é que pôde-se pensar, nessa pesquisa, para contribuir de forma concreta ao fazer um diagnóstico na instituição escolhida.

Uma das formas de propiciar o primeiro passo na gestão desses recursos pode ser através da elaboração de um Orçamento, que se constitui numa das principais formas de disciplinar os hábitos financeiros (inclusive de consumo). Para tanto a realização desta pesquisa tem por delimitação espacial o Clube da AABANE, que é um clube recreativo de caráter privado, situado em Vitória da Conquista. Anteriormente, até a privatização do Banco do Estado da Bahia S.A. (BANE), por meio de incorporação pelo Banco Brasileiro de Desconto S.A. (BRADESCO), este clube pertencia aos funcionários.

Atualmente, possui quarenta sócios proprietários e 67 sócios contribuintes ativos, que se reúnem alguns dias durante a semana para o exercício de atividades de lazer, como o *futebol* e jogos de salão. Portanto, este se torna um excelente espaço para tal pesquisa, pois diante do quadro de associados pertencentes às principais classes econômicas (A, B, C etc.) da sociedade conquistense, permite-se inferir sobre a realidade encontrada, ou seja, a realização

ou não de planejamento para o consumo através do Orçamento contribuindo com análises e devolução de resultados, necessários, para a compreensão deste fenômeno.

## **1.1 TEMA**

Orçamento Familiar.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar o Orçamento Familiar como forma de planejamento para consumo nas classes sociais distintas da AABANEBA ( Associação Atlética do Banco do Estado da Bahia).

### **1.2.2 Objetivos Específicos:**

- Identificar as diferentes classes sociais dos associados da AABANEBA;
- Verificar a existência de Orçamento Familiar entre os associados;
- Compreender a forma de elaboração do Orçamento Familiar entre os associados;
- Verificar a interferência do Orçamento Familiar no Planejamento de consumo.

## **1.3 PROBLEMATIZAÇÃO**

Toda Pesquisa é norteadada por pergunta(s) que precisa(m) ser respondida(s). Gonçalves (2009) afirma que para se problematizar um objeto, faz-se necessário transformar em pergunta o tema proposto e que, acima de tudo, possa ser respondido através de pesquisa.

### **1.3.1 Questão – Problema**

Os associados da AABANEBA realizam planejamento de consumo em função do Orçamento Familiar?

### **1.3.2 Questões Secundárias**

- a) Quais são as classes sociais presentes na AABANEBA?
- b) Os associados fazem algum tipo de Orçamento Familiar?
- c) Como a elaboração do Orçamento Familiar é realizada nas classes sociais identificadas?
- d) O Orçamento Familiar interfere no Planejamento de consumo dos associados?

## 1.4 HIPÓTESE

Dentro do ambiente escolhido para a realização da pesquisa, presume-se que os associados elaboram o Orçamento Familiar voltado para planejamento de consumo, no entanto, sua aplicação se faz de forma diferente de acordo com a classe social.

## 1.5 JUSTIFICATIVA

Analisar a realização do planejamento de consumo com base no Orçamento Familiar é imprescindível não só para a melhoria da vida econômica e financeira das pessoas/famílias, como também uma excelente ferramenta para as próprias tomadas de decisões, além de contribuir para o entendimento dos hábitos de consumo das classes sociais existentes no local de realização da Pesquisa, porém, com extensão para a sociedade em geral.

Este é um assunto que o pesquisador considera pouco discutido na comunidade do curso de Ciências Contábeis, desta instituição, ainda que seja de extrema relevância, dado as características gerais da pesquisa e também, por se tratar de utilização do Orçamento Familiar para planejamento de consumo. Sendo assim, a pessoa física pode ser comparada a uma empresa, já que por meio do trabalho, gera renda, constrói patrimônios e acumulam dívidas. Como tal, seu patrimônio pessoal ou familiar deve ser bem gerido, sobre pena de proporcionar transtornos para si, e para seus entes familiares, além do que, gera receita para as próprias empresas por meio do consumo pessoal ou da família.

Para tanto, é possível observar através do último senso do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) que Vitória da Conquista tem uma população de 306.866 habitantes, sendo 86.460 lares com algum tipo de renda, o que leva a deduzir que grande parte da renda da cidade provém das famílias – uma ou mais pessoas contribuem financeiramente – gerando recursos que seriam, presumivelmente, melhor aproveitados se fossem por meio de planejamento e uso de um Orçamento.

Em recente artigo publicado na Folha de São Paulo – veja o link abaixo<sup>1</sup> - com o título “A ignorância não tem preço”, Gilberto Dimenstein conclui que Orçamento deveria ser matéria obrigatória nas escolas em alusão ao desconhecimento das pessoas, quanto a origem e destinação dos recursos públicos quando a onda de protestos que assolou o país, no mês de junho, reclamava, principalmente, para que se abaixasse o preço do transporte público.

---

<sup>1</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gilbertodimenstein/2013/06/1296002-a-ignorancia-nao-tem-preco.shtml>

Neste contexto, o resultado final deste trabalho, pode proporcionar perspectivas para atuação em novo mercado de trabalho para o pesquisador, qual seja, como consultor em “finanças pessoais ou de famílias”, por exemplo. Ao analisar tal caso, pretendeu-se compreender o uso do Orçamento para planejamento de consumo e, também, promover o reforço da Ciência Contábil como Ciência Social capaz de aplicação em diversas áreas do conhecimento, incluindo, neste caso, a Economia doméstica.

## **1.6 VISÃO GERAL**

Esta Monografia contém cinco capítulos distribuídos da forma seguinte. O primeiro apresenta as considerações iniciais sobre Orçamento Familiar, o espaço da Pesquisa (contendo um pouco da história da AABANE, quantidade de associados etc.), o objetivo principal e os específicos, suas respectivas questões problemas, a hipótese do questionamento, além de conter a justificativa para realização desta Pesquisa.

No segundo capítulo consta a fundamentação teórica que servirá de sustentação para as discussões. Está dividida em dois subtópicos, onde o primeiro é o Estado da Arte - onde é apresentado um quadro com as fontes mais relevantes para esta Pesquisa - e o segundo é o Marco Teórico, que aborda questões de diversas fontes (artigo, livro, monografia etc.) sobre assuntos como: Família, Planejamento; Orçamento; Orçamento Familiar e Controle.

No terceiro capítulo, é demonstrada a metodologia para a realização desta Pesquisa, sua abordagem, tipo, forma de coleta de dados, universo etc.

No quarto capítulo contém os resultados e discussões desta pesquisa obtida através da coleta de dados e demonstrada por meio de gráficos e suas respectivas análises, buscando um *link* entre os resultados obtidos e os tópicos abordados no referencial teórico.

E por fim, o quinto capítulo consiste nas considerações finais, onde é verificado o alcance dos objetivos e propostas para expansão desta ou para novas pesquisas com esta temática.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ESTADO DA ARTE

**Quadro 01** – Estado da Arte da temática em 2013.

TIPO	TÍTULO	AUTOR (ES)	ANO	IDEIA PRINCIPAL
Livro	Orçamento Familiar e o Controle Social: Instrumentos de Organização da Sociedade	Maria Clara Cavalcanti Bugarim <i>et al</i>	2012	Diante de tantas mudanças vivenciadas pela Contabilidade, o Conselho Federal vem desenvolvendo projetos que envolvem o contabilista em discussões relevantes para a sociedade. Este é modelo de gestão familiar com intuito de fomentar a cooperação e que atua no planejamento e na coordenação com foco no interesse da sociedade.
Livro	Administração Financeira na Prática: Guia pra Educação Corporativa e Gestão Financeira Pessoal	Masakazu Hoji	2007	É dirigido a profissionais iniciantes na área financeira e profissionais em geral que necessitam de conceitos financeiros básicos, fazendo analogias das transações financeiras empresariais com as transações financeiras pessoais.
Monografia	A Importância do Orçamento Familiar.	Fabrizio Fabiano Moreira Lopes	2012	O trabalho em questão aborda que a influências sofridas pela globalização impulsiona o consumo, além de questionamentos que convergem unicamente para explicação de uma economia que acontece nos lares de todas as famílias independente de classe social.
Monografia	Planejamento Financeiro Familiar e Orçamento Doeméstico:	Alessandra Batista de Melo Nóbrega Alves	2010	Tem como objetivo verificar a prática e a importância do Planejamento Financeiro Familiar (PFF) para um grupo de pessoas participantes de uma igreja situada no município de Cataguases –MG

Fonte: Compilação da Internet (2013) – Organização Própria

## 2.2 MARCO TEÓRICO

### 2.2.1 – Família

Para tratar do Orçamento Familiar é necessário que se compreenda um pouco sobre organização familiar e suas relações. Portanto, Nogueira (2007) discorre:

A entidade familiar de início é constituída pela figura do marido e da mulher. e estes continuam fazendo parte da família, os irmãos também. Depois se amplia com o surgimento da prole. Sob outros prismas, a família cresce ainda mais: ao se casarem, os filhos não rompem o vínculo familiar com seus pais continuam, e, por seu turno, casam-se e trazem os seus filhos para o seio familiar. A família é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento (NOGUEIRA, 2007, p. 1).

O grupo familiar é portanto dinâmico e sofreu mudanças ao longo da história, tal como salienta Keith Diana da Silva:

A família foi gradativamente se evoluindo, sofrendo grandes mutações ao longo dos séculos. Modernamente falando há de ressaltar que houve grande mudança no que tange à época em que vigia o Código Civil de 1916 e o advento do Código Civil de 2002 (DA SILVA, 2010, p. 1).

E continua expondo que:

A princípio, a sociedade só aceitava a família constituída pelo matrimônio sendo que, a lei apenas tratava sobre o casamento, relações de filiação e o parentesco; todavia devido à constante mutação do seio familiar, e tendo em vista que cabe ao Estado, o dever jurídico constitucional de implementar as medidas necessárias para a constituição e desenvolvimento das famílias, surgiu ao longo da história humana o reconhecimento de relações extramatrimoniais. Dentre as relações extramatrimoniais afirmar-se que atualmente o núcleo familiar, pode ser formado pela união estável, pela união de um dos pais com seus descendentes (famílias monoparentais), e até mesmo pela união homoafetiva. No que tange a esse último, muito embora, trata-se de tema omissos na lei, é sem sombra de dúvida muito discutido pela doutrina e jurisprudência, devido à sua própria existência na sociedade (DA SILVA, 2010, p. 2).

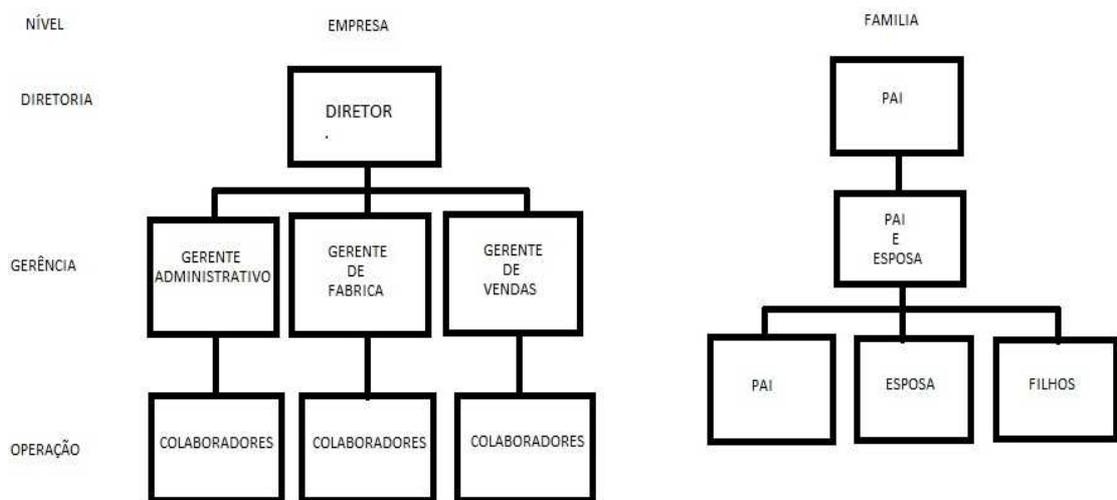
Percebe-se, então, que a família nem sempre é composta por indivíduos unidos por laços de sangue, podem ser por laços de afinidade também, além de que o conceito de família evoluiu (inclusive perante a lei) ao longo dos tempos. Pode-se considerar a relação familiar como um sistema de alta complexidade, pois cada família é única, com diferentes tamanhos, composta de diferentes elementos, valores, objetivos etc. É altamente interativo, pois o que ocorre com um de seus elementos repercute em todo ele.

Cada família, como visto, possui suas particularidades, metas, objetivos coletivos e individuais, além do que, alguma atitude tomada por um membro pode repercutir nos demais, principalmente, quando o assunto é financeiro, tal como afirma Alves:

No universo familiar, grandemente caracterizado por laços de afeto, a questão financeira pode influenciar de forma negativa nas relações que se estabelecem, visto que o descontrole orçamentário e a falta de planejamento e comunicação sobre gastos são capazes de gerar desarmonia e conflitos (ALVES, 2010, p. 12).

Para uma noção básica e compreensão dos próximos tópicos, a serem abordados, a Figura 1 mostra o organograma de um núcleo familiar tradicional, composto pela figura do pai, esposa e filhos. No entanto, ele traça um paralelo com um núcleo empresarial simples, para servir de melhor visualização do núcleo familiar como uma organização (assim como uma empresa) “formada por pessoas, cada um com seu papel dentro das respectivas estruturas” (HOJI, 2007, p. 3).

Figura 1: Estrutura organizacional da Empresa e da Família.



Fonte: adaptado de Masakazu Hoji, (2007).

Vale ressaltar que apesar da Figura 1 ilustrar um núcleo familiar tradicional, o conceito de núcleo familiar abrange mais do que o exposto.

Anualmente o IBGE realiza a pesquisa intitulada Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), com o intuito verificar as unidades de vivência (núcleos) dos

brasileiros. Os dados têm traçado um perfil das relações familiares, inclusive distanciando dos modelos tradicionais, como por exemplo:

União de parentes que convivem em interdependência afetiva, sem pai ou mãe que a chefie, como no caso de grupo de irmão, após falecimento ou abandono dos pais [...] comunidade afetiva formada com “filhos de criação”, segundo generosa e solidária tradição brasileira, sem laços de filiação natural ou adotiva regular (IBGE, 2011, p. 13).

### 2.2.2 Planejamento:

Para construir um Orçamento de forma bem estruturada é de extrema importância que haja planejamento, que em outras palavras “é decidir antecipadamente o que deve ser feito para alcançar determinado objetivo ou meta” (ROCHA, 2008, p. 3).

Pode ser conceituado também como:

Um processo [...] desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada de um modo mais eficiente, eficaz e efetivo, com melhor concentração de esforços e recursos pela empresa. O processo de planejar envolve, portanto, um modo de pensar; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionamentos sobre o que fazer, como, quando, para quem, por que, por quem e onde. O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos, desafios e metas estabelecidos para a empresa (OLIVEIRA, 2007, p. 4 e 5).

Nessa mesma linha de pensamento, reportando ao aspecto da importância do planejamento, verifica-se que serve para “estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto ou longo prazo” (FRANKENBERG 1999, p. 31).

Corroborando como o exposto acima, Nakata discorre sobre Planejamento Pessoal e/ou Familiar:

Tem como objetivo auxiliar a criar uma estratégia precisa para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de uma família, ajudando-as a arquitetar um Projeto de Vida para a conquista de etapas importantes da vida como acumular recursos para a faculdade dos filhos, para a compra de imóveis, para a tão sonhada aposentadoria, para iniciar um negócio próprio ou proteger sua família contra eventualidades (NAKATA, 2011, p. 36).

Também, “através de um planejamento financeiro é possível estabelecer metas de consumo realistas e planejar aquisições de médio e longo prazo, como aquisição de veículo, imóveis ou investimento em educação” (ALVES, 2010, p. 12), e “o planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto das empresas quanto das famílias devem ser alcançadas” (ROSS, WESTERFIELD E JAFFE, 1995, p. 525).

Outro viés destacado é que, “o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos” (GITMAN, 2001, p. 434).

Pelo pressuposto, Teixeira (2005) afirma que para planejar é necessário haver um (ou mais) objetivo (os) e/ou meta (as), no entanto, se para alcançar o(s) objetivo(s), for(em) necessário(s) recursos financeiros o Orçamento será uma ferramenta importante para esse processo.

### **2.2.3 Orçamento:**

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Orçamento:

É um instrumento de planejamento e controle das receitas, despesas e resultados do empreendimento. O orçamento parte do comportamento do passado e olha para as possíveis mudanças futuras, quantificando, em termos econômicos e financeiros, as atividades da empresa. Trata-se de uma previsão, uma meta, de acordo com a qual serão tomadas as decisões na empresa (SEBRAE, 2011 p. 1)<sup>2</sup>.

Então, admite-se que “um orçamento é um plano financeiro que estabelece, da forma mais precisa possível, como se espera que transcorram os negócios de um departamento ou de uma empresa, geralmente num prazo mínimo de um ano.” (PARSLOE; WRIGHT, 2001, p. 11), ele é o ato ou efeito de estimar os recursos que serão gastos em uma determinada ação e em certo período de tempo. É o instrumento de planejamento e controle de uma organização, para que se alcancem os objetivos.

Também, “o Orçamento integra aspectos operacionais e financeiros, servindo para fixar objetivos, políticas e estratégias, harmonizar os objetivos das partes da empresa, quantificar as atividades e suas datas de realização, melhorar a avaliação e a utilização de recursos” (SEBRAE, 2011, p. 1). A sua elaboração de forma correta e bem estruturada permite-se

<sup>2</sup> SEBRAE. Orçamento Empresarial, Planejamento e Controle Orçamentário, disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/62769153B53E776303256F9E00483843/\\$File/NT000A383A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/62769153B53E776303256F9E00483843/$File/NT000A383A.pdf)>. Acesso em: 16 de maio de 2013.

estimar as entradas e as saídas do caixa e, conseqüentemente, pode-se avaliar os saldos finais. Para tanto, deve-se avaliar primeiramente o valor total das receitas, após isso, é importante estimar os gastos, discriminando todos os dispêndios que se têm e/ou terão ao longo de todos os meses.

Neste contexto, “a proposta orçamentária deve contemplar as estimativas de receitas, custos, despesas e investimentos necessários para a consecução das atividades econômicas projetadas, a partir da definição dos objetivos, das metas e das estratégias da empresa” (ZDANOWICZ, 2003, p. 135).

Através do orçamento é possível efetuar correções necessárias, ajustando a falta de recursos ou aplicando os rendimentos extras, ou seja, é através do orçamento que se têm um ponto de partida e os meios necessários para se alcançar os objetivos. O que permite concordar que “o orçamento é uma técnica de alocação eficiente de recursos e que tem como objetivo realizar o plano estratégico da empresa com um mínimo de esforço.” (SÁ, 2009, p. 1).

Quando se diz “[...] alocação eficiente de recursos [...]”, entende-se como a forma que será priorizada as verbas da organização para o período determinado (pode ser mensal, trimestral, semestral, anual etc.), quais setores terão maiores investimentos de recursos, o que será feito com o lucro etc., dentre vários outros objetivos que o orçamento pode proporcionar da forma mais eficiente possível.

Orçamento é a “expressão monetária e quantitativa de um plano, cujo objetivo, é atingir um resultado final, anteriormente traçado pelos responsáveis pela sua elaboração, com a participação de todos os setores da empresa” (PADOVESE, 2004, P. 32), ou seja, primeiramente existe um plano, um objetivo, o Orçamento será a quantificação do plano para se alcançar tal objetivo.

Obviamente, que o orçamento não precisa ser algo engessado, pois, quanto maior sua amplitude (orçamento de um ano, por exemplo) maior será a possibilidade de ocorrer situações que precisam de ajustes e/ou adaptações orçamentárias, como por exemplo: despesas emergenciais que por ventura possam surgir e que não estavam previstas anteriormente.

Sendo assim, existem vários tipos (técnicas de elaboração e modelos) de Orçamentos, porém, “independente de seu tipo ou modelo tem a mesma finalidade para uma empresa a de garantir seu lucro e diminuir suas despesas. A estrutura de um Orçamento varia conforme a análise e escolha da empresa” (FUMAGALHI, 2009, p.29).

A seguir serão apresentados de forma sucinta, alguns conceitos dos vários tipos de Orçamentos.

#### 2.2.3.1 Orçamento Base Zero:

Normalmente, o orçamento de uma organização é definido a partir de orçamentos de períodos anteriores, no “base zero”, isso não ocorre, pois o período usado como ponto de partida é o atual. Todas as diretrizes são definidas como se só houvesse o amanhã.

Para Padoveze *apud* Fumagalhi (2009, p. 30):

A proposta do orçamento base zero está em discutir toda a empresa, toda vez que se elabora o orçamento. Está em questionar cada gasto, cada estrutura, buscando verificar a real necessidade dele. Nessa linha de pensamento, cada atividade da empresa será discutida, não em função de valores maiores ou menores, mas na razão ou não de sua existência. Concluída a definição da existência da atividade, será feito um estudo, partindo do zero, de quanto deveria ser o gasto para sua estruturação e manutenção daquela atividade, e quais seriam suas metas e objetivos.

#### 2.2.3.2 Orçamento de Tendências:

Neste, ao contrário do “base zero”, são analisados eventos passados para se planejar o futuro. Padoveze *apud* Fumagalhi (2009, p. 30) explica que:

Tal prática tem dado bons resultados, pois, de modo geral, os eventos passados são decorrentes de estruturas organizacionais já existentes e, por conseguinte, há forte tendência de tais eventos se reproduzirem, considerando a introdução dos novos elementos componentes do planejamento operacional da empresa.

Inclusive, Lunkes *apud* Magalhães (2009, p. 32) discorre que:

Na execução do Orçamento de tendências sempre existirão eventos passados de conhecimento da empresa, que não se repetirão e que, portanto, não serão reproduzidos no Orçamento. Da mesma forma, existirão futuros eventos que não terão passado no qual basear novas estimativas que deverão ser orçados de outra maneira.

Estes eventos devem ser levados em consideração na elaboração desse tipo de Orçamento.

#### 2.2.3.3 Orçamento Flexível:

Como o nome já diz, ele não é algo fechado, é elaborado a partir da colaboração de todos os componentes da organização. Reforçado por Lunkes *apud* Fumagalhi (2009, p. 31) que salienta:

O orçamento não deve ser considerado um pacote fechado, imposto de cima para baixo. O orçamento flexível propicia e necessita de maior participação dos membros da organização. Somente com a elevação do nível de informação é possível uma aplicação do orçamento flexível com sucesso.

O Orçamento Flexível pode ser um meio mais eficaz de auxílio aos gestores.

#### 2.2.3.4 Orçamento Estático:

De forma geral, no Orçamento Estático, “uma vez estabelecido tal meta para aquele departamento se houver uma variação que seja necessária fazer uma avaliação sobre os valores ou quantidades estabelecidas não será possível fazer qualquer tipo de alteração” (FUMAGALHI, 2009, p. 31).

Neste contexto, Padoveze *apud* Magalhães (2009, p 34), informa que, para compor um Orçamento Estático:

Elaboram-se todas as peças orçamentárias a partir da fixação de determinados volumes de produção ou vendas. Esses volumes, por sua vez, também determinarão o volume das demais atividades e setores da empresa. O Orçamento é considerado estático quando a administração do sistema não permite nenhuma alteração nas peças orçamentárias.

Apesar de o Orçamento Flexível poder ser considerado mais eficaz, o estático é o mais comum dentre as organizações.

#### 2.2.4 Orçamento Familiar

Após apresentação dos tipos de orçamentos mais comuns aplicados nas empresas, tratar-se-á doravante do Orçamento Familiar – conceitos e técnicas de elaboração – como forma de demonstrar um mecanismo que pode ser aplicado no planejamento de consumo para as famílias.

Quando se trata do Orçamento Familiar, a elaboração não foge das técnicas usadas para o orçamento das empresas. A sua aplicação é demonstrada por meio de um plano de gastos e poupança, pois “após realizar o levantamento de patrimônio, a próxima etapa é descobrir para onde vai seu dinheiro” (MACEDO, 2007, p. 34).

Como também é mencionado de forma simples por Lopes (2012):

O orçamento doméstico é o planejamento das despesas e receitas de uma família ou indivíduo, desenvolvido através da organização e controle constantes com o intuito de proporcionar o equilíbrio financeiro. O registro eficiente do fluxo de caixa, ou seja, dos gastos e rendimentos mensais, determinará os parâmetros a serem alcançados (LOPES, 2012, P. 08).

A sua forma de elaboração pode ser de diversas maneiras (planilha eletrônica salva em computador, caderno de anotações etc.), no entanto, é importante que contenha todas as informações possíveis com relação às receitas e despesas, de forma que controle todos os ganhos e gastos ao longo do mês, inclusive os considerados “sem importância”.

Analisando a literatura, outras definições de autores que contribuem para o esclarecimento sobre Orçamento Doméstico, tais como:

O orçamento doméstico pode ser definido como uma planilha, na qual são anotados todos os gastos e despesas familiares, mesmo as variáveis e os considerados irrisórios, e tem por objetivo proporcionar um panorama geral da vida econômica e dos hábitos familiares (HALLES, SOKOLOWSKI, HILGEMBERG, 2007, p.6).

O Instituto de Estudos Financeiros (IEF)<sup>3</sup> destaca a importância de um Orçamento formalizado, ao afirmar que:

Um orçamento escrito indica a existência de um maior interesse pela sua utilização e fornece informações de melhor qualidade. Se o orçamento não está escrito (apenas na memória da pessoa), fornecendo-lhe informações sem uma maior precisão, sua efetiva utilidade será bem menor (IEF, 2010).

No entanto, a simples elaboração do orçamento não é sinônimo de sucesso: “É importante atentar para o fato de que elaborar um orçamento não é garantia de que o indivíduo terá uma vida financeira melhor, pois não basta apenas conhecer onde é aplicado o dinheiro é preciso refletir sobre as aplicações” (INFOMONEY, 2010).

Desse modo, partindo das explanações acima, busca-se elencar os gastos de forma que facilite a sua compreensão, dividido em categorias tais como: moradia, alimentação, saúde, educação, energia etc., pois, assim, fica mais fácil e prático se chegar aos saldos finais, além de ter a noção exata sobre onde estão ocorrendo os desembolsos.

Vale ressaltar que em linhas gerais, os saldos positivos indicam que os rendimentos não só são suficientes para cobrir os gastos, como também haverá uma sobra de recursos que poderão ser aplicados da melhor maneira possível, que vai da vontade do indivíduo ou da família. Mas, se os saldos forem negativos, o orçamento vai lhe informar com maior eficiência onde estão as despesas desnecessárias, quais gastos devem ser cortados, quais devem ser priorizados, se precisará de rendimentos extras, etc., contextualizado pelas palavras percorridas por da Silva (2007):

Dessa forma fica mais prático de se chegar ao levantamento dos saldos finais. A partir dessas informações a pessoa poderá avaliar a proporção, em percentual dos gastos em relação aos recebimentos. Os saldos positivos indicam que os rendimentos são suficientes para o pagamento de todos os gastos existentes. Contudo, quando apresenta um saldo negativo, deve-se ficar atento e descobrir qual a categoria de

---

<sup>3</sup> Organização fundada em 1989, atuante na área de treinamento na área econômico financeira, além de publicação de artigos, cursos, palestras e estudos.

gastos que poderá ser melhor economizada para se chegar ao saldo positivo ao final do mês. Estas informações são relevantes para a gestão pessoal, pois a partir destas se buscam alternativas de otimizar os rendimentos e priorizar o pagamento dos gastos no orçamento pessoal (DA SILVA, 2007, p. 31).

A seguir, as figura 02 e 03, apresentam um modelo de Orçamento Familiar, onde são alocadas primeiramente, todas as receitas e, em seguida, todos os gastos (ou futuros gastos), discriminando as suas fontes, para que se possa ter maior controle.

Figura 02: Controle de Orçamento Familiar 1

<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>NO MÊS</b>	<b>DESPESAS PESSOAIS</b>	<b>NO MÊS</b>
Salários		Cabeleireiro	
13º salário		Higiene pessoal	
Férias		Vestuário	
Retirada de investimentos		Academia	
Outros		Outros	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	
<b>HABITAÇÃO</b>	<b>NO MÊS</b>	<b>LAZER</b>	<b>NO MÊS</b>
Financiamento		Restaurantes	
Condomínio		Cafês/bares/boates	
IPTU		Livros/jornal/CDs e DVDs	
Luz		Passeios	
Telefones		Outros	
Gás		<b>SUBTOTAL</b>	
TV por assinatura		<b>TARIFAS DE BANCOS</b>	<b>NO MÊS</b>
Supermercado		Conta corrente	
Empregada		Juros	
Outros		Outros	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	
<b>SAÚDE</b>	<b>NO MÊS</b>	<b>DEPENDENTES</b>	<b>NO MÊS</b>
Plano de saúde		Escola/faculdade	
Médico/psicóloga		Cursos extras	
Dentista		Material escolar	
Seguro de vida		Esportes/uniformes	
Outros		Mesada	
<b>SUBTOTAL</b>		Outros	
<b>TRANSPORTE</b>	<b>NO MÊS</b>	<b>SUBTOTAL</b>	
Ônibus/metrô		<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>NO MÊS</b>
Táxi		Renda fixa	
<b>SUBTOTAL</b>		Renda variável	
<b>AUTOMÓVEL</b>	<b>NO MÊS</b>	Outros	
Prestação		<b>SUBTOTAL</b>	
Seguro		<b>TOTAL</b>	<b>NO MÊS</b>
Combustível		Rendimentos	
Lavagens		Gastos	
IPVA		Investimentos	
Mecânico		<b>SALDO DO MÊS</b>	
Multas		<b>SALDO ACUMULADO NO ANO</b>	
Outros			
<b>SUBTOTAL</b>			

Fonte: Guia de Investimento (2012).

Figura 03: Controle de Orçamento Familiar 2

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Salários					
Outras Receitas					
<b>Receita total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
<b>Moradia</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Prestação da casa					
Alarme					
Conta de luz					
Conta de água					
Gás/Água Mineral	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
IPTU					
Telefone residencial/Internet					
Telefone celular					
Consertos/manutenção	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Alimentação</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Supermercado	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Restaurante	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Feira/ambulantes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Transporte</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Combustível	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Manutenção do carro	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Pedágio					
Estacionamento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
IPVA					
Vale transporte					
<b>Saúde</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Plano de saúde					
Médicos/dentistas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Farmácia	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Lazer/informação</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Academia					
Jornais/revistas					
TV por assinatura					
Programas culturais					
<b>Consultório</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Aluguel					
Condomínio					
Luz					
Telefone					
Manutenção	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contabilidade					
IPTU					
CREMERS 2008					
Internet					
<b>Outros gastos</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Eletrodomésticos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Roupas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Doações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Ração/Pet shop	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Veterinária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Cartão de crédito					
Débitos bancários					
Repasse ao Márcio	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Gastos do Márcio no cartão					
Presentes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Sindicato médico					
Imposto de Renda					
Seguros					
Desconto no IPE (INSS)					
Demais gastos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Despesa total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Investimentos</b>					
<b>Resultado do mês</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldo no mês</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Boéssio (2008).

Observando as figuras acima, percebe-se que apesar de serem modelos de Orçamento, cada uma ao seu modo são instrumentos importantes de avaliação e controle de recursos. No entanto a figura 02 apresenta as contas executadas, sempre para um determinado mês em curso, já a figura 03, além de poder visualizar um determinado mês, em curso, serve de comparação com períodos anteriores, pois estes resultados poderão servir como parâmetros para alocação de recursos em determinadas despesas que, por ventura, necessitem de uma maior atenção, principalmente para melhorar o saldo final do período.

Conhecendo as variáveis que compõe o orçamento, pode-se, oportunamente, compreender seu objetivo e, desta forma têm-se como parâmetros para construção de um Orçamento os seguintes elementos:

#### 2.2.4.1 Receitas

Para Marion *apud* Oliveira, Marques e Pasqua (2011, p.25) “receitas são todas as vendas de mercadorias ou prestações de serviços realizadas pela empresa.” Entrando no âmbito pessoal, as receitas “são todos os rendimentos que entram na sua vida em um determinado tempo, geralmente em um mês, tais como salários, comissões, trabalhos ocasionais, consultorias, prêmios, 13º salário etc.” (Fundação Itaípu Brasil – FIBRA, p.5).

Na elaboração do orçamento, é importante que se liste todas as receitas e suas respectivas fontes, pois podem existir diversas formas de obtenção de rendas além de salários e esse aspecto pode ser interessante, como é afirmado no livro Orçamento Familiar e Controle Social – Instrumentos de Organização da Sociedade (BUGARIM, *et al.*, 2012, p. 37), “ter várias fontes de renda não só garante obter mais dinheiro, mas também assegura proteção, na medida em que previne crises financeiras. Quanto mais fontes de renda, menor o efeito das crises financeiras sobre sua vida”, exposto com um exemplo:

Você tem uma plantação de laranja e obtém um bom lucro com ela e tudo vai muito bem. Repentinamente, uma doença se abate sobre a plantação e você perde tudo. Como você reagirá? Considerando que você é um empreendedor, iniciará um novo negócio, não é verdade? E o tempo que irá levar até que você comece a ter lucro como antes? Pode levar bastante tempo. É por isso que ter várias alternativas de negócios, gerando dinheiro, um independente do outro e de variadas atividades, pode lhe garantir conforto e segurança. Dessa forma, você sempre terá uma saída e as crises terão um efeito muito pequeno sobre você (BUGARIM, *et al.*, 2012, p. 37).

A seguir, serão listadas algumas fontes de rendas, inclusive as que incorporam o salário e também as que se provém dele.

Tabela 01 – Fontes de Renda incorporadas ao salário.

Férias	É um período de descanso a que tem direito o trabalhador após um ano de trabalho. De acordo com a legislação trabalhista brasileira, este período pode ser de 20 ou 30 dias, sendo que, no caso de 20 dias, o empregado tem direito a receber em dinheiro os 10 dias trabalhados. O trabalhador deve sair de férias a cada ano, não sendo permitido que um segundo período aquisitivo seja concluído sem o respectivo gozo das férias.
Décimo Terceiro Salário	É uma gratificação de Natal, instituída por lei que deve ser paga em duas parcelas: a primeira no mês de novembro e a segunda no mês de dezembro de cada ano, correspondendo a um salário do trabalhador ou, obedecendo à proporcionalidade, caso o empregado tenha sido admitido no decorrer do ano.
Gratificações e Prêmios	Não há uma previsão legal para o pagamento de gratificações e prêmios a empregados, no entanto, muitas empresas, por mera liberalidade e de acordo com o desempenho do empregado e o resultado econômico-financeiro da empresa, gratificam e premiam suas equipes, com o objetivo de manter o corpo funcional motivado e envolvido com os resultados da organização. Sobre esses valores também há incidência dos impostos e taxas.
Anuênio	É um benefício adicional por tempo de serviço, normalmente negociado pelos sindicatos de classe dos trabalhadores com o patronal, agregando a cada período preestabelecido adicional de salário, que fica incorporado ao principal. Os sindicatos mais atuantes têm conseguido para os seus afiliados este benefício.
Comissões	É uma recompensa oferecida ao funcionário de uma empresa, quando este cumpre metas ou objetivos definidos previamente, visando incentivar os resultados comerciais. Ela pode surgir da corretagem de imóveis, da venda de mercadorias, da economia de recursos, entre outros. Há também comissões cumulativas, conhecidas como comissão em cascata. Nestes casos, uma pessoa recebe comissão sobre as vendas ou metas de outras pessoas de sua equipe.

Fonte: Adaptação do Autor (2013), através de Orçamento Familiar (2012, p. 35) e Centro de Pronunciamentos Técnicos – CTP – (2013).

Vale destacar que as receitas citadas acima, variam conforme o vínculo empregatício, podendo ocorrer mais benefícios ou menos.

Uma fonte extra de renda importante são os Investimentos. Segundo Portal do Investidor *apud* Günther (2008, p. 41), “investir é empregar o dinheiro poupado em aplicações que rendam juros ou outra forma de remuneração ou correção, sendo assim o objetivo de investir vai além do que puramente manter o patrimônio, mas significa multiplicá-lo”. No entanto é comum a existência da dúvida quanto ao melhor investimento e, neste sentido, Anbid *apud* Günther (2008, p. 42) esclarece:

O investimento ideal é aquele que permitirá a pessoa dormir tranquilo, não colocará em risco a saúde financeira e vai custear todos os objetivos e planos. Porém para descobrir este investimento a pessoa necessitará primeiro fazer a lição de casa, ou seja, conhecer a si mesmo como investidor e objetivos. Por isso, antes de optar por qualquer aplicação certifique-se quanto á tolerância ao risco, o objetivo e o prazo do investimento.

De fato, é imprescindível conhecer o tipo de investimento que se irá fazer, para que este não se torne um prejuízo à saúde financeira, tanto pessoal, quanto familiar e neste sentido, Crane *apud* Günther (2008, p. 42) adverte para o seguinte fato:

Uma parte importante do investimento é acompanhar tipo de mercado, reavaliando sempre o investimento, descobrir o momento mais apropriado para tomar a decisão de investir pode ser de importância crucial, o quociente financeiro e a definição do tempo apropriado são técnicas que oferecem certa orientação para se tomar decisões e se fazer investimentos. Em todo investimento é necessário manter-se informado acerca da posição econômica passada e atual. Outro fator importante é a distribuição de seus investimentos, pois a diversificação é uma maneira efetiva de minimizar os riscos.

Pelo pressuposto, destaca-se que, quando se tem sobra, denota-se a importância de ter a participação de todo o núcleo familiar para decisão de escolha do tipo de investimento a escolher, pois não é uma tarefa fácil, tanto porque, existe uma infinidade de aplicações financeiras ou não, com graus de riscos diferentes em função da remuneração desejada.

Os investimentos podem ser de curto, médio ou longo prazo. Se o investimento for de curto prazo, normalmente são considerados investimentos financeiros, que são:

Aplicações de dinheiro em ativos de realização rápida, de natureza financeira [...] são ativos de alta liquidez, quando necessário esses investimentos podem ser convertidos em dinheiro em um prazo relativamente curto, de poucos dias, ou até no mesmo dia (HOJI, 2007, p. 94).

Tais investimentos financeiros podem ser divididos em renda fixa ou variável, como exemplos de investimentos de renda fixa, consta:

Tabela 02: Investimentos de Renda Fixa:

(continua)

Certificado de Depósito Bancário (CDB)	É um título emitido por instituição financeira, por prazo determinado, com taxa prefixada ou pós-fixada (exemplos: taxa prefixada de 12% a.a, taxa pós-fixada correspondente a 98% da taxa diária acumulada do CDI – Certificado de Depósito Interbancário). São endossáveis e, portanto, podem ser cedidos a terceiros. As instituições financeiras emitem os CDBs escrituralmente e os registram na CETIP (Central de Custódia de Títulos Privados).
Recibo de Depósito Bancário (RDB)	É um título semelhante ao CDB, porém não são endossáveis e podem ser resgatados somente pelo próprio aplicador.
Caderneta de Poupança	É o que oferece a menor rentabilidade. Além disso, apresenta o inconveniente dos rendimentos somente serem efetivados na “data de aniversário” da conta, ou seja, caso a aplicação tenha sido feita no dia 02/01, os juros somente serão creditados no dia 02/02. Caso o investidor resgate o valor aplicado no dia 01/02, não terá direito a nenhum tipo de rendimento proporcional. Caso resgate no dia 12/02, perderá 10 dias de rendimento. Por outro lado, a Poupança oferece como vantagem a isenção da cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre os rendimentos obtidos. Porém, mesmo com tal isenção, seu rendimento é inferior a imensa maioria dos rendimentos líquidos (rendimento bruto – IR) oferecidos por outros investimentos financeiros de renda fixa, tais como fundos e CDB.
Fundos de Renda Fixa	São fundos de investimento administrada por instituições especializadas (que poderia ser um banco) mediante a cobrança de

	uma taxa de administração. O aplicador torna-se proprietário de cota do patrimônio líquido do fundo, que é pessoa jurídica distinta do banco. Em caso de liquidação da instituição que administra o fundo, os ativos do fundo continuam pertencendo aos cotistas. As carteiras de ativos dos fundos são compostas por CDBs, títulos da dívida pública, debêntures etc.
Títulos da Dívida Pública	São títulos emitidos pelos governos para financiar a dívida pública. Os títulos públicos federais são emitidos em nome do Tesouro Nacional ou do Banco Central. Os títulos com taxas prefixadas são emitidos com “valor de face” determinado e sua negociação é feita com deságio. Os títulos com taxas pós-fixadas são remunerados com juros e são corrigidos por um indexador, como a taxa de variação cambial ou a inflação. As pessoas físicas podem adquirir os títulos do Governo Federal por meio do sistema denominado <i>Tesouro Direto</i> .

Fonte: Adaptação do Autor (2013), através de Hoji (2007, p. 94 e 95) e Carneiro (2013, p. 01).

Outros tipos de investimentos, que são os de renda variável, e tem como exemplo as Ações, que é uma parcela do capital social de uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), é também regulamentada por Lei<sup>4</sup> e explicada no livro, *Introdução ao Mercado de Capitais*, publicado pela BM&F Bovespa (Bolsa de Valores e Mercado Futuro de São Paulo)<sup>5</sup> (2013) como segue:

São títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emissora. Podem ser escriturais ou representadas por cautelas ou certificados. O investidor de ações é um coproprietário da sociedade anônima da qual é acionista, participando dos seus resultados. As ações são conversíveis em dinheiro, a qualquer tempo, pela negociação em bolsa ou no mercado de balcão (BOVESPA, 2013, p. 17).

O Ouro também é considerado um investimento de renda variável, bem como explana Hoji (2007):

O preço do ouro acompanha a cotação internacional e é negociado em bolsa de valores. O comprador do ouro não precisa, necessariamente, ter a posse física desse metal, pois os certificados de custódia emitidos por entidades credenciadas têm o mesmo valor e são negociáveis (HOJI, 2007, p. 96).

E é verificado os denominados Fundos de Renda Variável, que são muito comuns entre as instituições financeiras. De forma bem didática, Hoji (2007) comenta:

Quanto ao aspecto jurídico, os fundos de renda variável são semelhantes aos fundos de investimento em renda fixa, e os resgates podem ser feitos a qualquer momento, pelo valor da cota ajustada do período, de acordo com a rentabilidade (que pode ser negativa) da carteira de ativos do fundo. Existem fundos com finalidades específicas (fundo de ação, fundo cambial, fundo de índices etc.). Os *fundos de ações* são fundos lastreados principalmente em ações e podem ser direcionados a ações de setores específicos ou índices (energia, petróleo e petroquímica, ecologia, índice

<sup>4</sup> <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1034887/lei-6385-76>

<sup>5</sup> BOVESPA, bm&f, *Introdução ao Mercado de Capitais*, disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/merccap.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

Bovespa etc.). Os fundos cambiais são fundos cujos títulos que os lastreiam acompanham a variação cambial, podendo sofrer perdas substanciais de acordo com a taxa de câmbio e servem para fazer *hedge* de obrigações financeiras indexadas à variação cambial. Os *fundos multimercado*, como o próprio nome indica, aplicam em diferentes mercados, como o de ações, câmbio e juros, aproveitando as oportunidades de ganho financeiro (HOJI, 2007, p. 96).

Contudo, deve-se levar em consideração o retorno do investimento, e, sendo assim, o próprio Hoji (2007) afirma que, quanto mais longo for o investimento, maior será o risco de se perder dinheiro, pois os recursos estarão ociosos (imobilizados) e quanto maior for o risco, para que se valha à pena tal investimento, maior deverá ser o seu retorno no momento do resgate.

#### 2.2.4.2 Despesas:

Após efetuar o levantamento de todas as receitas e suas devidas fontes, será feita a dedução desses recursos discriminando as despesas que são:

Gastos efetuados com a intenção de satisfazer a uma necessidade, seja ela de uma pessoa ou família. As despesas devem incluir todos os gastos de uma pessoa ou família durante um determinado período de tempo, e incluem aluguel, compras de supermercado, mensalidades com escolas, combustível, etc (BUGARIM, *et al.*, 2012, p. 44).

As despesas, obviamente, podem variar de família para família e de período para período. O importante é que se tenha a noção das despesas que ocorreram em períodos anteriores e que poderão ocorrer nos próximos períodos.

No livro Orçamento Familiar e Controle Social encontra-se que, de modo geral, existem três tipos de despesas, as fixas, variáveis e eventuais.

As despesas fixas:

São aquelas realizadas de forma constante ou habitual e podem ocorrer uma ou várias vezes ao mês, como aluguel, supermercado, água, luz, etc. Tendo conhecimento de sua ocorrência constante, podem ser previstas com antecedência com bastante exatidão (BUGARIM, *et al.*, 2012, p. 44 e 45).

Nota-se que despesas com, supermercado, água, luz, por exemplo - despesas que podem variar de um período para o outro - são inclusas como fixas, mas isso tem explicação no próprio texto do livro, que de forma simples, mostra que elas ocorrem todos os meses, e, portanto, devem ser enquadradas nas contas de despesas fixas.

Já as despesas variáveis, constante da obra citada, são aquelas que não ocorrem com habitualidade, como por exemplo: vestuário, lazer, artigos de beleza etc. Por fim, as despesas eventuais “são as despesas que ocorrem com menor frequência durante o ano e, normalmente,

os valores não podem ser previstos” (BUGARIM, *et al.*, 2012, p. 45). Essas despesas têm como exemplos mais comuns as consultas médicas, conserto de automóveis, reforma de imóveis etc.

Segundo Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE em 2008/2009 aponta que todas as despesas citadas acima, podem ser incluídas no conjunto de Despesas de Consumo, assim exposto:

Despesas de Consumo Correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes (...). Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas (IBGE, 2009, p. 27).

Tomando como base a citação acima, percebe-se que consumo é algo necessário para o cidadão e para a família. Porém, existe o consumismo que é o “ato de comprar, ressaltando a especialidade da ausência de necessidade por parte do comprador em grande parte das negociações” (FERRARI, 2013, p. 1).

Para compreender um pouco sobre as necessidades, pois como exposto anteriormente, as famílias são compostas de valores e prioridades diferentes umas das outras, Abraham Maslow<sup>6</sup> em 1954, através de sua obra *Motivation and Personality*, sobre as motivações humanas, afirma que o ser humano, de forma geral, possui necessidades que o motiva, e essas necessidades são divididas em cinco níveis distintos, alocados em forma de hierarquia ilustrada em forma de pirâmide, onde a prioridade de suas realizações são satisfeitas de baixo para cima, ou seja, as necessidades fisiológicas são priorizadas, tal como demonstrado a seguir:

Figura 04: Hierarquia das Necessidades.



Fonte: Lopes (2012).

<sup>6</sup> Psicólogo americano (1908 – 1970) precursor da teoria conhecida como a Hierarquia das Necessidades.

Para interpretar esta pirâmide é proposto que:

Somente quando um nível inferior de necessidade está satisfeito ou adequadamente atendido é que o nível imediatamente mais elevado surge como determinante no comportamento. De outra forma, quando uma necessidade de nível mais baixo é atendida, ela deixa de ser fator motivador, dando oportunidade para que um nível mais elevado possa se desenvolver. Nem todas as pessoas conseguem chegar ao topo da pirâmide de necessidades. Devido as diferenças individuais e sociais algumas pessoas chegam a se preocupar fortemente com necessidades de autorealização, enquanto outras, ficam preocupadas exclusivamente com necessidade de segurança e fisiológicas, sem conseguir satisfazê-las (SANTANA, CARVALHO E LIMA, 2006, p. 7 e 8).

Então, presume-se que ao elaborar um Orçamento Familiar, as necessidades básicas tendem a ser colocadas como prioridade (de acordo com a hierarquia das necessidades) e as outras passam a ser alocadas sucessivamente.

Sendo assim:

A facilidade ao crédito tem levado as pessoas a consumirem mais, sem avaliar a necessidade da compra, as taxas de juros e a capacidade de pagamento, considerando as demais despesas que têm a pagar mensalmente. Isso tem desencadeado sérios problemas para muitas pessoas e famílias, pois a deterioração do aspecto financeiro traz consigo a queda na qualidade de vida e perda do poder aquisitivo (...). Para quitar as dívidas, os indivíduos recorrem a empréstimos com taxas de juros abusivas e, muitas vezes, a situação de torna irreversível (BUGARIN, *et al.*, 2012, p. 24).

Neste contexto, a grande tarefa pessoal e, principalmente, da família é distinguir o necessário do desnecessário. Isto deve variar de família para família, pois, repetindo cada uma é composta de valores e conceitos de necessidades diferentes, porém, com vistas a obter resultados positivos na gestão financeira familiar.

Para Almir Ferreira de Sousa (2002/03):

Quando depara-se com a possibilidade de comprar uma mercadoria ou contratar um serviço, o consumidor é forçado a tomar uma decisão: efetuar a compra e satisfazer um desejo ou poupar. Este processo pode tornar-se bastante complexo, dependendo do grau de envolvimento do consumidor e das influências a que estará submetido (SOUSA, 2002/03, p. 8).

Vale ressaltar que, a distinção entre o que é necessário e o que é um mero desejo, é imprescindível para se evitar problemas com as finanças pessoais, tal como se expõe:

O desejo de possuir o último modelo de celular, o tênis da moda, a roupa de marca e o último lançamento da montadora de veículos leva muitos indivíduos e famílias a tomarem decisões por impulso, e as consequências são colhidas semanas ou meses mais tarde quando o carteiro entrega a fatura do cartão, o carnê da loja ou quando o cheque pré-datado é apresentado no banco. Se antes de adquirir esses itens você não fez a pergunta “Desejo ou Necessidade?” e não colocou previamente tudo na ponta do lápis ou na sua planilha eletrônica e fez o seu orçamento familiar, você corre o risco de entrar numa situação bastante difícil e complicada com relação as suas finanças pessoais e familiares. (ORÇAMENTO FAMILIAR (BUGARIM, *et al.*, 2012, p. 25).

Segundo dados do Banco Central, o índice de endividamento das Famílias chegou, em março de 2013, aos 43,99%. Em outras palavras, as famílias devem as instituições financeiras quase a metade do que ganham.

Para uma noção mais exata, em 2005 o índice de endividamento das famílias brasileiras era de 18,39%, ou seja, em oito anos, o índice aumentou para alarmantes 25,6%.

Assim Luis Carlos (2007, p.6) *apud* Fabrízio Fabiano discorre que:

A melhor dica para fazer sobrar dinheiro nas contas familiares e para fazer o salário ser maior do que o mês é tratar de estruturar um Orçamento Doméstico bem feito de modo a não se gastar mais do que se ganha. Eis que nos dias de hoje, com uma inflação sobre controle, até o Governo já tem seu Orçamento Governamental e consegue fazer acontecer o tal do Superávit, que é o saldo positivo referente a uma Receita maior que a Despesa.

Contudo, repete-se o Orçamento Familiar é a base de toda estrutura financeira doméstica, portanto, é importante que toda a família esteja engajada nesse processo, pois “a participação da família é de extrema importância para sua elaboração. É preciso o compromisso de todos para a eficácia do processo” (ORÇAMENTO, 2009, p.9).

### **2.2.5 Controle:**

Conceituando de forma, bem simples, o termo controle tem-se que: não gastar mais do que se ganha. Apesar de um raciocínio incompleto, ele é correto, tal como se explana:

A receita para qualquer pessoa física ou empresa prosperar envolve um raciocínio bastante simples: gastar menos do que ganha e investir a diferença. De tão óbvia a colocação, parece inócua. Mas aqueles que entendem a profundidade dessa fórmula são os que deixam o rebanho dos inconformados para conquistar seu lugar ao sol (CERBASI, 2007, p. 01).

Outra definição relaciona o controle ao “[...] ato de acompanhar a execução do orçamento, sempre com atividades efetivas; estão de acordo com as atividades e seus projetos originais, que foram planejadas” (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Fica evidente que o controle é o acompanhamento sistemático do que foi traçado no orçamento, reforçando a ideia de que é preciso ter um orçamento muito bem elaborado e objetivo definido, para que se tenha informações precisas e haja uma execução correta. No âmbito pessoal ou familiar, o controle será uma etapa importante na gestão de recursos próprios, pois sendo feito de forma adequada, com todos os registros, todas as entradas de recursos, todos os desembolsos, além de se identificar possíveis falhas de procedimentos, se obterá informações suficientes para uma readequação do orçamento.

Há um aspecto importante sobre o ato de controlar, ressaltado por Rafael Santos da Rosa:

Os controles adotados pelas pessoas em sua vida particular, são muitas vezes inconscientes e adaptados informalmente conforme surgem as necessidades. Ao contrário do que ocorre nas empresas, onde as atividades e rotinas são mais previsíveis e os controles são planejados e aplicados formalmente, seguindo técnicas e fundamentos teóricos que garantem sua correta aplicação e funcionalidade (ROSA, 2009, p. 22).

Isso remete a um fato interessante, que é o aspecto cultural do brasileiro, pois:

Em nosso país, controlar as finanças pessoais não é um costume e na maioria dos que o fazem não tem preparo suficiente para conseguir ter um bom controle de toda circulação de seu capital. Não é costume das famílias brasileiras passarem conceitos educativos sobre qual é a melhor forma de se organizar as finanças pessoais, ou qual caminho seguir, e isso se deve muitas vezes por que os mais velhos não tem instrução suficiente sobre o assunto (ACQUESTA, 2009, p. 13).

Os comentários acima reforçam, ainda mais, a importância de se controlar, adequadamente, o orçamento, pois mantém uma margem de segurança pra gastos inesperados e, conseqüentemente, diminui o risco de não conseguir quitar as dívidas.

Domingos *apud* Acquesta (2009, p. 14) discorre corretamente sobre as pessoas que não controlam o orçamento:

Esse grupo é o que mais me preocupa, pois, eles atingiram muitas vezes a zona de conforto, isto é, são pessoas que normalmente acreditam que não precisam se preocupar com as finanças e dinheiro, porque não tem dívidas, mas na realidade estão na “corda bamba” para cair no grupo de pessoas endividadas. Qualquer imprevisto e essas pessoas têm sua vida financeira totalmente prejudicada, além disso, nunca conseguirão atingir seus sonhos, por não terem uma reserva de dinheiro para tanto.

O controle irá garantir que o orçamento funcione de maneira adequada, proporcionando o alcance dos objetivos traçados.

### 3 METODOLOGIA

Conceituando método tem-se que, segundo Oliveira *apud* Junior (2009, p. 19) “um método é um conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos”

Partindo desse conceito, para alcançar os objetivos propostos, foi feito primeiramente um levantamento de periódicos, livros, artigos e outros trabalhos publicados sobre o referido tema para que se tivessem referências teóricas relevantes para tal pesquisa.

Sua abordagem foi de caráter quantitativo, pois como Fonseca (2002) esclarece:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc (FONSECA, 2002, p. 20).

Em relação ao seu tipo, esta pesquisa foi de caráter exploratório quanto os objetivos, pois permitiu liberdade na execução do planejamento e possibilitou a consideração de vários aspectos referente a pesquisa. Também se considera que foi uma pesquisa descritiva, pois possibilitou a descrição de características da população ou fenômeno. Salienta-se também que a pesquisa descritiva tem como objetivo estudar características de um grupo seja por classe social, núcleo familiar, prioridades dentre outras presentes no universo (AABANE). Foram incluídas neste grupo, também, as pesquisas que tem por objetivo levantar opiniões e/ou atitudes de uma população (GIL, 2006).

Soares (2003) orienta que nas pesquisas descritivas, com relação a natureza ela seja quantitativa – mostrando uma ligação entre a abordagem e o tipo - nos quais se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nas investigações que procuram determinar relações de causalidade entre fenômenos. Assim, devido à tabulação de dados, a partir de questionários, a pesquisa se caracterizou como de natureza quantitativa, por ser um método de pesquisa social que utiliza técnicas que mensura a realidade (GÜNTHER, 2006).

Outros aspectos importantes que ajudam a esclarecer esta pesquisa como sendo descritiva é a ausência de interferência do pesquisador com o fenômeno estudado e a utilização de apenas uma fonte de coleta de dados (questionário).

No tocante a aplicação dos questionários, foi destinada a todos os 67 sócios contribuintes (universo da pesquisa), onde foram distribuídos entre os dias 15/06/2013 (sábado) e 16/06/2013 (domingo). O recolhimento dos questionários se deu entre os dias 22/06/2013 (sábado) e 23/06/2013 (domingo), no entanto apenas 60 (89,55%) entregaram respondidos de forma correta, enquanto 4 (5,97%) não responderam de forma correta – e foram imediatamente anulados - e os outros três não devolveram o questionário ao Pesquisador.

Esta Pesquisa foi desenvolvida no espaço chamado Associação Atlética Baneb (AABANEb), destinado - como já dito, à prática do lazer – a prática de futebol e jogos de salão. Localizado na Avenida do Contorno, s/n, bairro Candeias, Vitória da Conquista - BA, reconhecidamente uma das melhores associações de futebol amador da cidade.

Para identificação das classes sociais existentes, foi utilizada a tabela simples de divisão das classes sociais por renda salarial familiar com base na tabela do IBGE (2012). Em outras palavras, são identificadas as classes sociais e suas respectivas rendas correspondentes (renda por quantidade de salários e renda por valor salarial).

Tabela 03: Classe Sociais por Renda Salarial Familiar.

Classe	Salários Mínimos (SM)	Renda Familiar (R\$)
A	Acima 20 SM	R\$ 13.560,00 ou mais
B	10 a 20 SM	De R\$ 6.781,00 a R\$ 13.560,00
C	4 a 10 SM	De R\$ 2.713,00 a R\$ 6.780,00
D	2 a 4 SM	De R\$ 1.357,00 a R\$ 2.712,00
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.356,00

Fonte: Adaptação do Autor (2013).

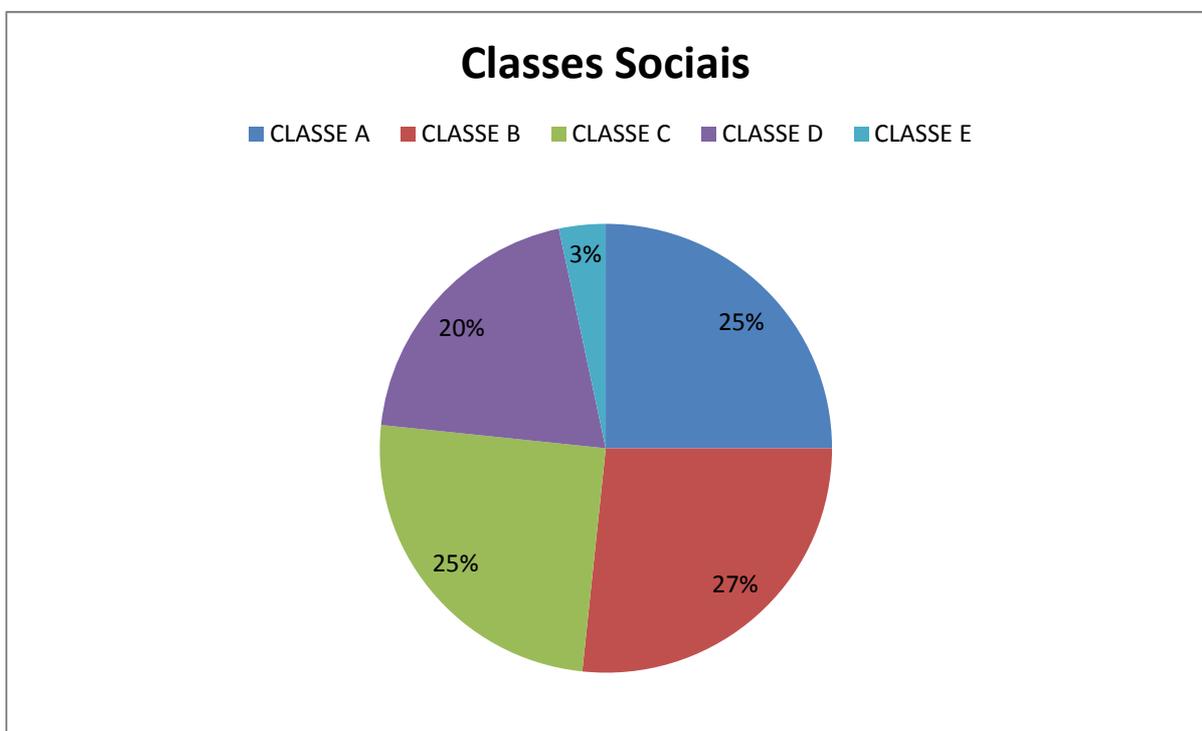
Salientando que para identificação da renda familiar, tomou-se como base o salário mínimo de 2013.

Esta pesquisa teve como principal fator limitante, a escassez de livros sobre o tema, obrigando o Pesquisador a buscar referências mais em dissertações, artigos, monografias.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise dos dados coletados, via questionário, apresenta-se os resultados por meio de gráficos. Assim, a **Figura 05** apresenta a estratificação das classes sociais através da renda salarial mensal – estratificado conforme a **Tabela 03** - Nota-se que há um equilíbrio grande entre as quatro principais classes sociais, onde, dos 63 pesquisados, foram encontrados 25% pertencentes a classe A; o maior percentual, correspondendo a 27% dos pesquisados pertencentes a classe B; 25% a classe C, 20% a classe D e apenas 3% pertencentes a classe E<sup>7</sup>.

Figura 05: Estratificação de classes sociais pela renda familiar.

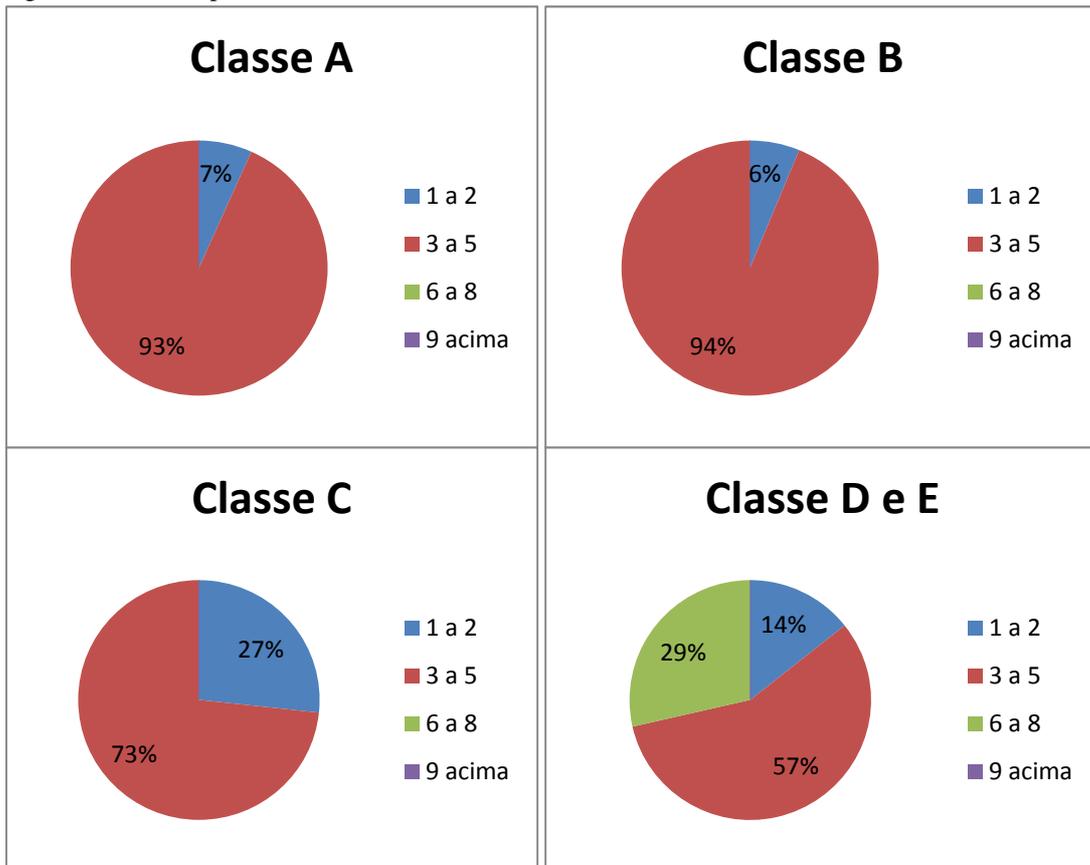


Fonte: Pesquisa Direta (2013).

A partir do conhecimento das classes sociais, existentes, todas as demais questões foram analisadas separadamente, classe a classe, esse método foi uma alternativa encontrada para traçar o perfil de cada núcleo familiar. A **Figura 06** mostra a quantidade de pessoas pertencentes ao núcleo familiar de cada pesquisado.

<sup>7</sup> Devido a pequena quantidade de pesquisados pertencentes, a classe E foi anexada a classe D para fins de tabulação e análise dos dados.

Figura 06: Pessoas pertencentes ao núcleo familiar, de acordo com cada classe social.



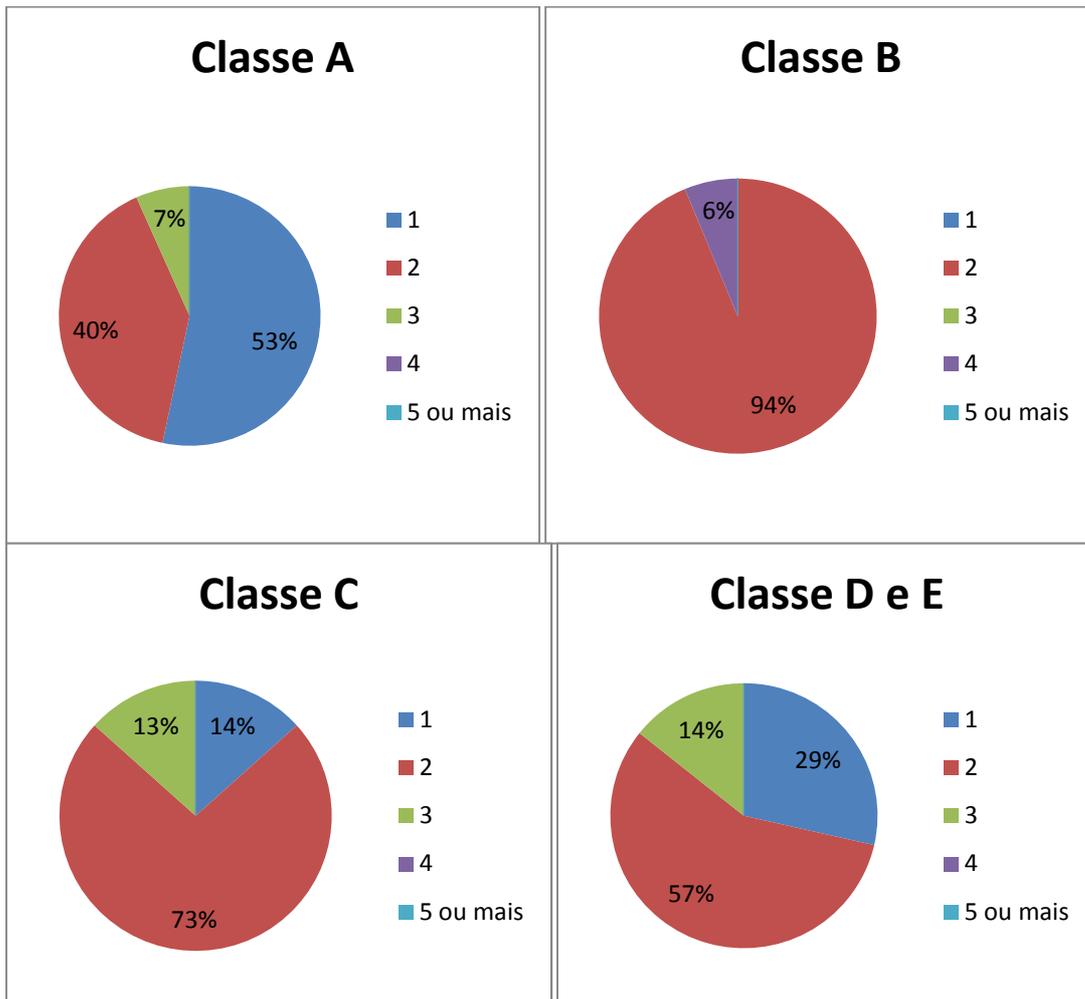
Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Levando em consideração que no núcleo familiar apresentam pessoas unidas por laço de sangue (ou não), que vivem e convivem dentro do mesmo ambiente – uma casa, por exemplo – e que na maioria das vezes é composto por meio de enlace matrimonial (NOGUEIRA, 2007), foi observado que não há uma discrepância entre as classes sociais, além de reforçar a ideia do núcleo familiar tradicional – já mencionado no tópico sobre Família por meio da figura 01 de Hoji (2007) - composto pela figura do pai, da mãe e do(s) filho(s), já que em todas as classes é predominante o núcleo composto entre 3 a 5 pessoas (93% na classe A, 94% na B, 73% na C e 57% nas classes D e E) .

Chama atenção, também, para o fato de que as classes D e E são as únicas que possuem o núcleo familiar com mais de cinco pessoas (29%). Como a renda mensal, destas, chega até a R\$ 2.712,00, entende-se que estas famílias precisam ter uma organização ainda maior com suas finanças.

A **Figura 07** corresponde à quantidade de pessoas que contribuem com a renda familiar de cada núcleo pesquisado. Nesta etapa, foram identificadas diferenças consideráveis entre as classes sociais, como é observado abaixo:

Figura 07: Pessoas que contribuem na renda familiar.



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Neste contexto, verificou-se que na composição da renda familiar de todas as classes – 40% classe A, 94% classe B, 73% classe C e 57% classe D e E – significativamente são por duas pessoas, o que infere a presença da participação, do marido e da esposa nesta composição, reforçado ainda, pela análise da **Figura 06**, onde o maior percentual de formação do núcleo familiar é entre 3 e 5 pessoas.

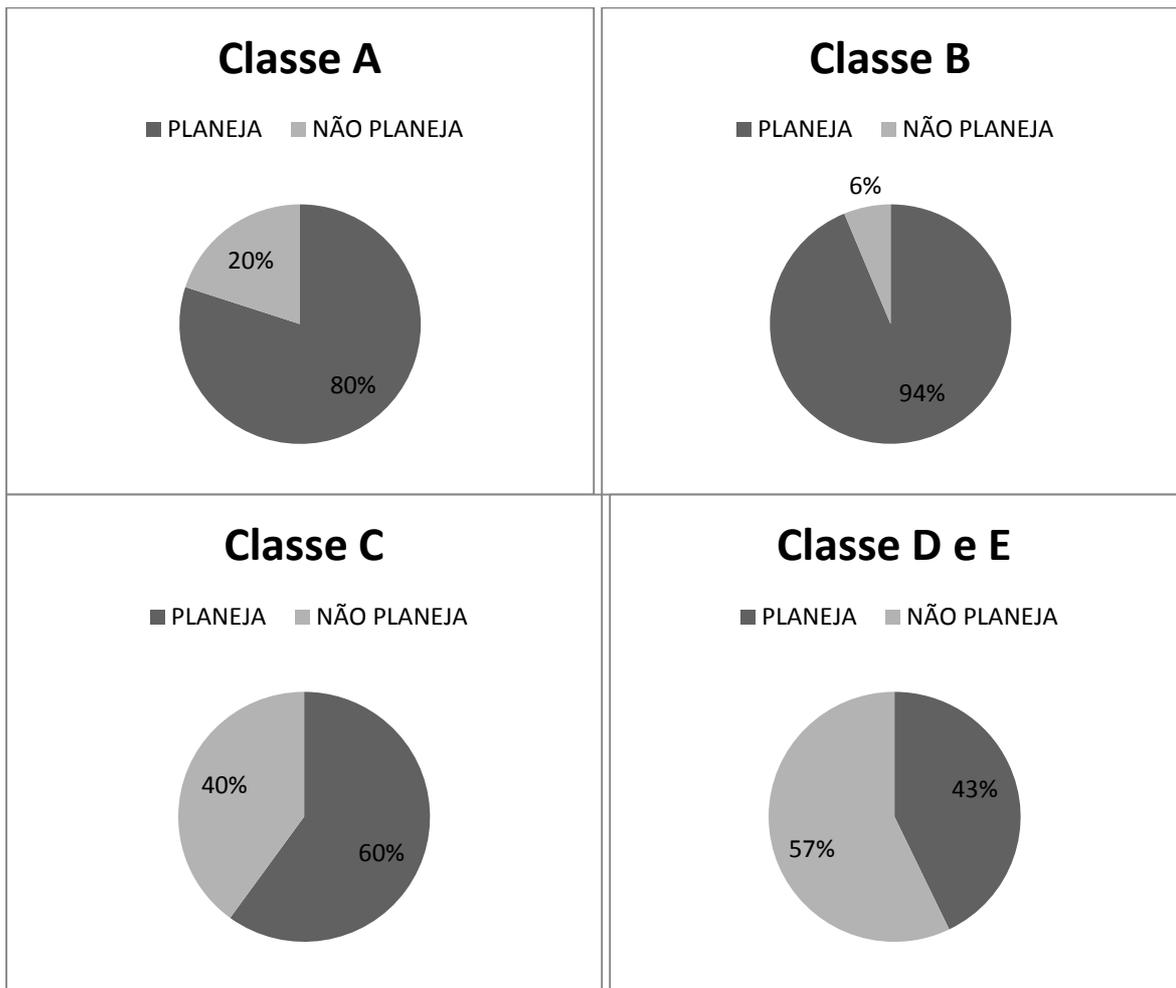
Vale ressaltar que, apesar de maior percentual (de forma geral) da composição da renda familiar, ser formada por duas pessoas, a classe A tem um percentual maior (53%) de composição formada por apenas uma pessoa. É um dado interessante, pois compreende o paralelo traçado por Hoji (2007) no tópico sobre família, quando ele compara a estrutura familiar com uma empresa, colocando a figura do pai como o gerente maior da instituição.

Por outro lado, esse aspecto evidencia o fato de que qualquer instabilidade financeira (devido à má gestão dos recursos, falta de planejamento etc), poderá acarretar em prejuízos consideráveis a todo núcleo familiar (ALVES, 2010), pois existe apenas um provedor da

renda. Isso indica mais atenção pelo fato de que 29% das famílias pertencentes a classe D e E contém apenas um provedor, salientando a importância de se elaborar um Orçamento Familiar, inclusive para verificar a necessidade de fontes alternativas de renda (SILVA, 2007).

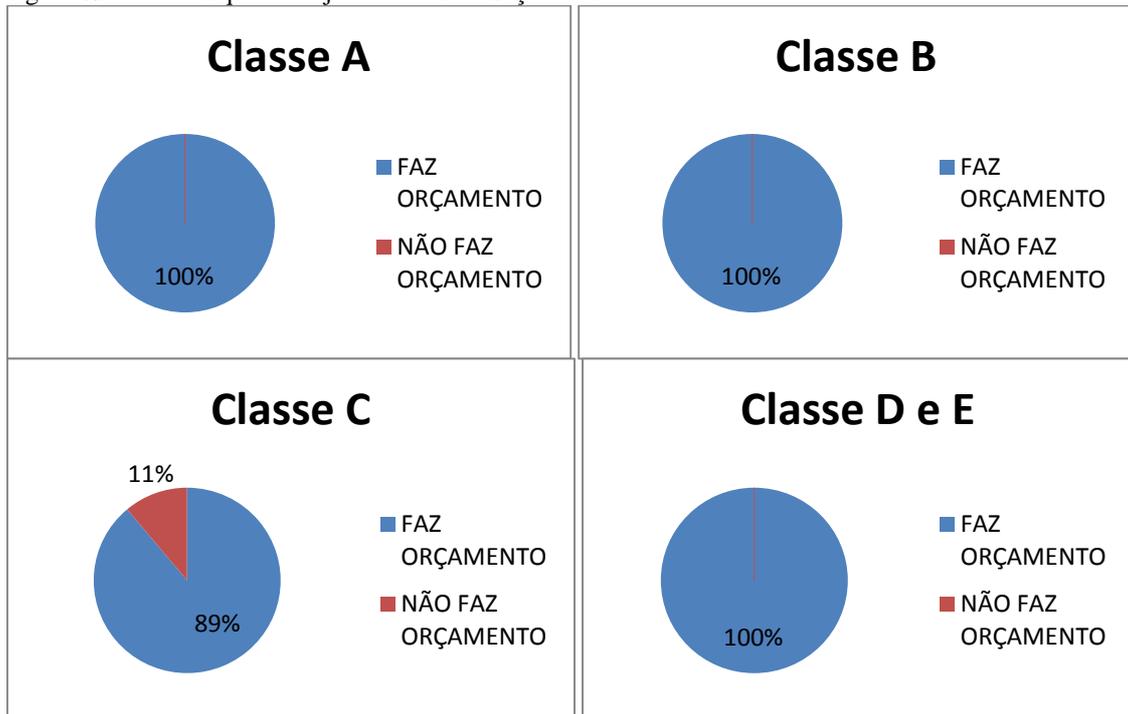
Pelas **Figuras 08 e 09**, identificam-se quais famílias planejam e quais fazem o planejamento através do Orçamento.

Figura 08: Planejamento das Finanças.



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Figura 09: Famílias que Planejam através de Orçamento.



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Antes de analisar as **Figuras 08 e 09**, é importante compreender que os participantes que planejam suas finanças (questão 04 do questionário), responderam a questão seguinte (questão 4.1) - se o planejamento é através do orçamento - os que responderam que de fato, planejam. Isso tomando como base a idéia de que o orçamento é a quantificação de um planejamento, ou seja, ele vem após o planejamento propriamente dito (PADOVESE, 2004).

A partir disso, notou-se que, de forma geral, as famílias planejam (**Figura 08**), no entanto, analisando separadamente as classes, verifica-se que as classes C, D e E planejam menos (60% e 43% respectivamente), inclusive, salientando que as classes D e E são compostas por mais famílias que não planejam suas finanças.

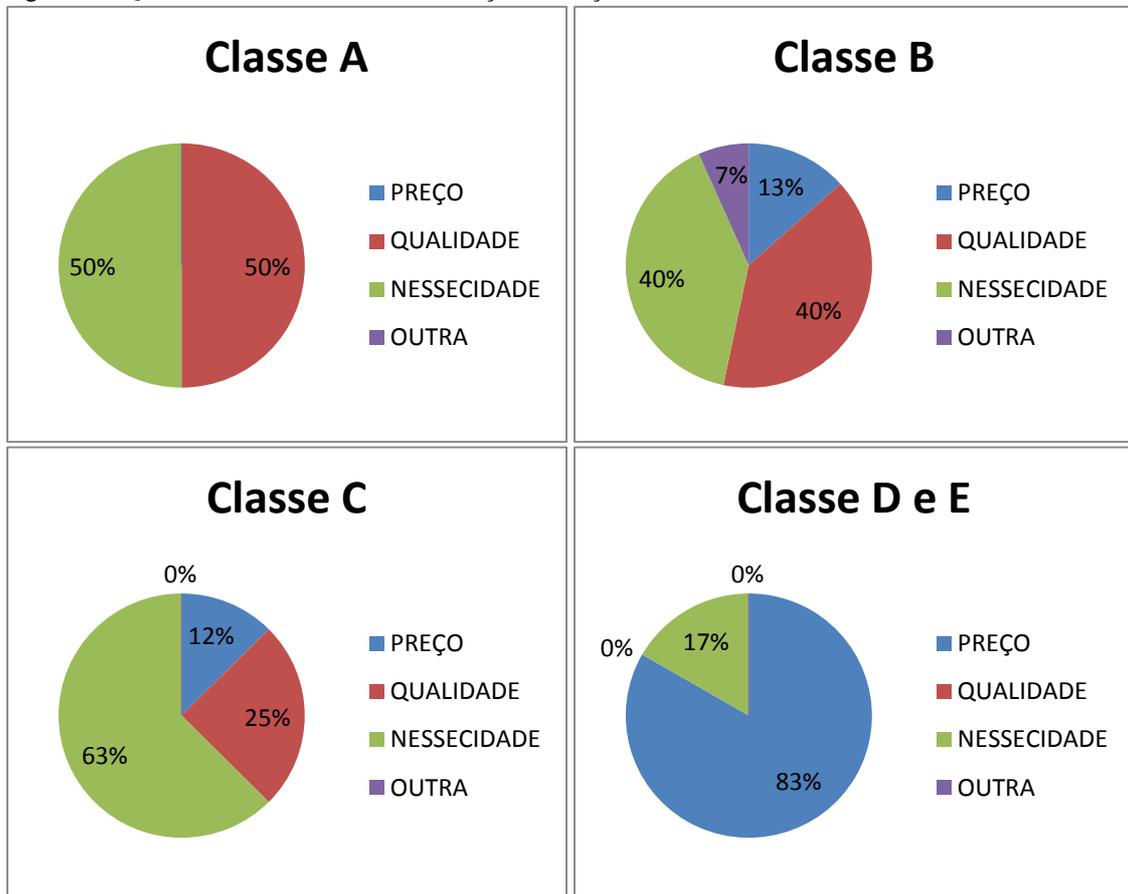
Por outro lado, segundo Teixeira (2005), o planejamento incorre pela necessidade de haver um objetivo e/ou meta; é interessante e ao mesmo tempo alarmante perceber que 40% (classe C) e 57% (classe D) podem ter suas finanças comprometidas. É um dado que chama atenção, pois ao verificar que a maior parte da população brasileira é composta por famílias de baixa, entende-se que esse número reduzido de famílias que planejam, podem acarretar em dificuldades de arcar com os gastos familiares, partindo até para obtenção de recursos de terceiros. E curiosamente, as classes com maior poder aquisitivo (A e B), são compostas por

famílias que mais planejam suas finanças (80% e 94% respectivamente) e com índices altos (quase 100%, principalmente na classe B).

Outro dado importante, é em relação a **Figura 09**, é a constatação de que quase 100% (apenas 11% da classe C não faz o orçamento) das famílias que planejam sua finanças, fazem por meio do orçamento.

Neste contexto, visando identificar quais questões são mais importantes para a elaboração do Orçamento Familiar, foi perguntado aos pesquisados, quesitos como preço, qualidade, necessidade ou outro a ser identificado. Através da **Figura 10** foram obtidos as seguintes repostas:

Figura 10: Quesito mais relevante na elaboração do Orçamento Familiar.



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Nota-se que, conforme a renda dessas famílias vai subindo, vão se alterando as prioridades na elaboração do orçamento. O que começa como ampla preferência pelo preço nas classes D e E (83% contra 17% para necessidade), chega a classe A, com ausência total do preço (50% optam pela qualidade e 50% pela necessidade) como prioridade em sua elaboração orçamentária.

Verificou-se também, que, entre as classes B e C há a presença dos três itens (preço, qualidade e necessidade), sendo que a C prioriza mais a necessidade (63% contra 25% qualidade e 12% preço) na elaboração do Orçamento Familiar, enquanto na B já existe um equilíbrio entre necessidade e qualidade (40% cada contra 13% preço). Esse equilíbrio entre qualidade e necessidade é compreensível, tanto pela classe A quanto pela B, já que ambas, além de planejar suas finanças através do orçamento, tem um poder aquisitivo maior, portanto, podendo colocar a qualidade em primeiro lugar em algumas ocasiões.

Como essa questão remete diretamente ao consumo, verifica-se que as Classes D e E podem estar consumindo sem avaliar a real necessidade do bem ou serviço que irão adquirir durante elaboração do Orçamento (BUGARIM *et al*, 2012), sendo assim, há possibilidade de no futuro, ocorrerem problemas financeiros a essas famílias. No entanto, a preferência clara pelo preço dentre as classes D e E explica muito sobre a estratégia de algumas empresas (empresas de grande porte, inclusive) que focam em oferecer seus produtos e serviços, voltados a essas famílias.

Nesse sentido, para analisar de forma um pouco mais detalhada a questão das necessidades dessas famílias (dentre todas as classes encontradas), inclusive avaliando quais são, de fato, as prioridades, quais itens consomem maior parte de sua renda, durante a elaboração do Orçamento Familiar, a **Tabela 04** e a **Figura 11** conferem essa possibilidade.

Tabela 04: Prioridades na elaboração do Orçamento Familiar dentre as diferentes classes. (continua)

CLASSE A							
PRIORIDADE	1	2	3	4	5	6	MÉDIA
A - VIAGENS			3	7	2		3,08
B - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		3	5	2	2		3,75
C - DESPESAS DE CONSUMO	10	1	1				5,75
D - INVESTIMENTO FÍSICO	2	6	2	1	1		4,58
E - PREVIDÊNCIA PRIVADA		2	1	2	7		2,83
F - OUTRO						12	1,00
CLASSE B							
PRIORIDADE	1	2	3	4	5	6	MÉDIA
A - VIAGENS			2	7	6		3,42
B - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		4	3	4	4		4,33
C - DESPESAS DE CONSUMO	13	1		1			7,17
D - INVESTIMENTO FÍSICO	2	8	5				6,00

E - PREVIDÊNCIA PRIVADA		2	5	3	5		4,08
F - OUTRO						15	1,25
<b>CLASSE C</b>							
<b>PRIORIDADE</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>MÉDIA</b>
A - VIAGENS			3	2	3		2,00
B - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		3	1	4			2,58
C - DESPESAS DE CONSUMO	8						4,00
D - INVESTIMENTO FÍSICO		3	4	1			2,83
E - PREVIDÊNCIA PRIVADA		2		1	5		1,92
F - OUTRO						8	0,67
<b>CLASSE D e E</b>							
<b>PRIORIDADE</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>MÉDIA</b>
A - VIAGENS			2	2	2		1,50
B - APLICAÇÕES FINANCEIRAS			4	2			1,83
C - DESPESAS DE CONSUMO	6						3,00
D - INVESTIMENTO FÍSICO		6					2,50
E - PREVIDÊNCIA PRIVADA				2	4		1,17
F - OUTRO						6	0,50

Fonte: Pesquisa Direta (2013).

O objetivo desta questão foi verificar dentre os participantes que planejam a renda familiar através do orçamento, como se dá sua elaboração, suas prioridades, como por exemplo, se o investimento financeiro é levado mais em consideração do que as despesas de consumo, se o orçamento é mais voltado para consumo ou para lazer etc.

Sendo assim, foi criada uma lista de cinco itens considerados mais comuns no cotidiano das famílias como: viagem e lazer; investimentos financeiros (ações, poupança, títulos da dívida pública, CDB etc.); despesas de consumo (saúde, educação, alimentação, vestuário etc.); investimentos físicos (imóvel, automóvel, bens domésticos etc.) e previdência privada. Além de algum outro item (a ser mencionado pelo participante) não especificado.

As pessoas pesquisadas colocaram por ordem de prioridade (de 01 para maior prioridade a 06 para menor prioridade) os itens mencionados. Para efeito de tabulação, foi criado o seguinte critério: todos os itens que aparecessem como prioridade máxima (número 1) teve a sua quantidade de aparições multiplicadas por 10; quando aparecessem em segundo,

teve sua quantidade multiplicada por 8 e assim sucessivamente (sempre reduzindo de 2 em 2), até chegar ao 06, onde foi multiplicado por 1.

Então, cada item teve sua pontuação somada e depois tirada uma média ponderada, assim, os itens que tiverem maiores médias, eram considerados os mais importantes na elaboração do Orçamento Familiar – bem como pode ser observado acima, na **Tabela 01** -.

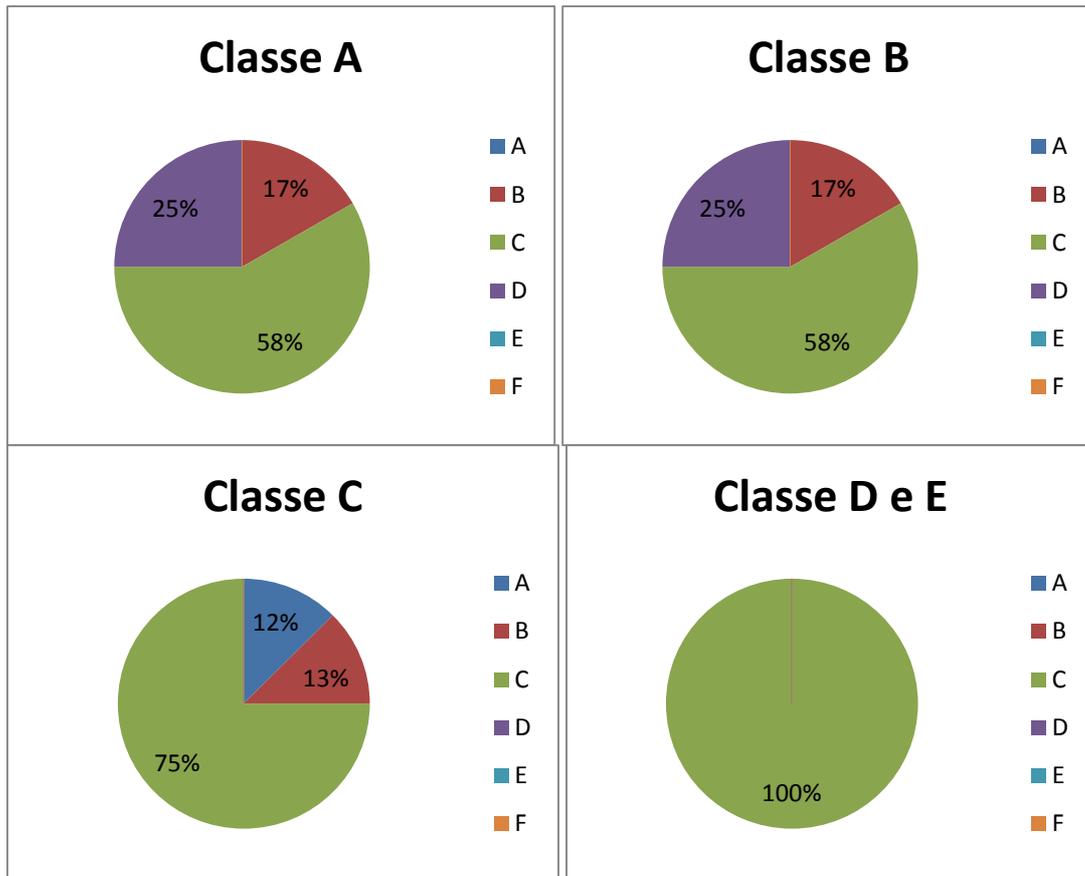
Para início de análise, nota-se que a elaboração do Orçamento Familiar de todas as classes é voltado para as despesas de consumo, pois as médias mais elevadas deste item (19,00; 23,67; 13,33 e 10,00 respectivamente) apontaram para essa direção. Esse resultado remete a hierarquia das necessidades, onde as famílias colocam como prioridade máxima as necessidades mais básicas, como alimentação, saúde, educação etc. (SANTANA CARVALHO E LIMA, 2006), mesmo que a qualidade e o preço tenham sido escolhidos como mais relevante na elaboração do Orçamento Familiar mostrado na **Figura 10**, a necessidade está intrínseco nessa situação.

Também verificou-se que, enquanto nas classes C, D e E, existe uma homogeneidade na prioridade máxima (consumo), nas classes A e B existem famílias que priorizam investimentos como imóvel, automóvel etc. (investimentos físicos). Mesmo assim, os investimentos físicos foi o item com a segunda maior média dentre todas as classes (14,33; 19,00; 8,67 e 8,00 respectivamente), porém, não houve diferença grande em relação aos investimentos financeiros (11,00; 12,33; 7,67 e 5,33 respectivamente), levando ao entendimento de que a elaboração do Orçamento Familiar não se dá de forma muito distinta entre as classes sociais, apenas distinguindo entre a classe B, que prioriza a previdência privada, em detrimento do lazer.

Isso indica que, as famílias que elaboram o Orçamento Familiar (independentemente da classe social) conseguem levantar todos os gastos – fixos e variáveis - que ocorrem, ou poderão ocorrer, durante o período determinado, e, conseqüentemente, atender as necessidades prioritárias de sua família, conforme mencionado por Bugarim *et al* (2012).

Isso fica mais evidente ao analisar a **Tabela 01** em conjunto com a **Figura 11**, onde os participantes responderam qual item é o que consome maior parcela de seu Orçamento Familiar.

Figura 11: Item que mais compromete o Orçamento Familiar.



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Na **Figura 11**, são correspondentes as letras A para viagens e lazer, B para investimentos financeiros, C despesas de consumo, D investimentos físicos, E para previdência privada e F para outro.

As respostas encontradas foram elucidativas para compreensão da elaboração do Orçamento Familiar dentre as diferentes classes sociais, inclusive na interferência do Orçamento para planejamento de consumo, principalmente dentre as classes A e B. Observando a **Figura 11**, percebe-se que há uma similaridade entre a elaboração do Orçamento Familiar entre as classes A e B, onde em ambas, 58% das despesas consumo consomem maior parte da renda familiar, contra 25% de investimentos físicos e 17% de investimentos financeiros.

Os resultados acima estão de acordo com a **Tabela 04**, porém, verificou-se que em 17% dentre as classes A e B, os investimentos financeiros consomem maior parte de sua renda, mesmo que, segundo essa tabela, o consumo seja prioridade, ou seja, o Orçamento Familiar destas tem objetivos claros, consumir, porém retira-se boa parte dessa renda para

investimento, demonstrando que existe uma preparação para eventuais problemas de “caixa”, com vistas à obtenção de fontes extras de renda (BUGARIM *et al.*, 2012).

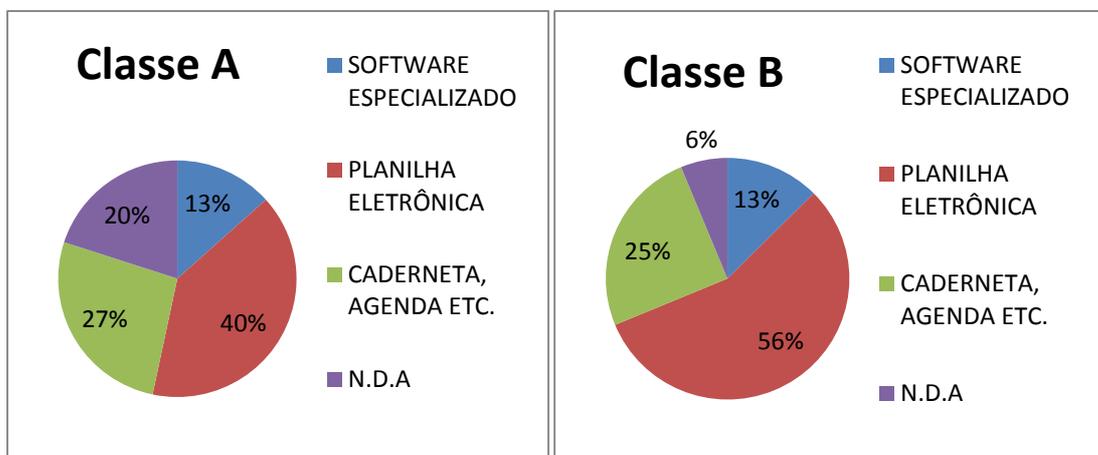
Já na classe C, observou-se que há um consumo maior do que nas classes anteriores (75%, contra 58% da classe A e 58% da B) e também, curiosamente, 12% gastam mais com viagens e lazer (lembrando que este item ocupou o 4º lugar na lista de prioridades dessa classe). Por outro lado, indica que existe uma preocupação com a reserva de recursos, onde foi encontrado que 13% dessas famílias separam maior parcela de sua renda para investimentos (que podem ser alguma das fontes de investimentos contidas na **Tabela 02**, pertencente ao tópico sobre receitas), constatando uma clara interferência do orçamento no planejamento para o consumo, já que para 100% das famílias da classe C, a despesa de consumo é item prioritário na elaboração do orçamento, verificado por meio da **Figura 11** e **Tabela 04**, no entanto, ele só representa a maior parte da renda para 75% dessas famílias.

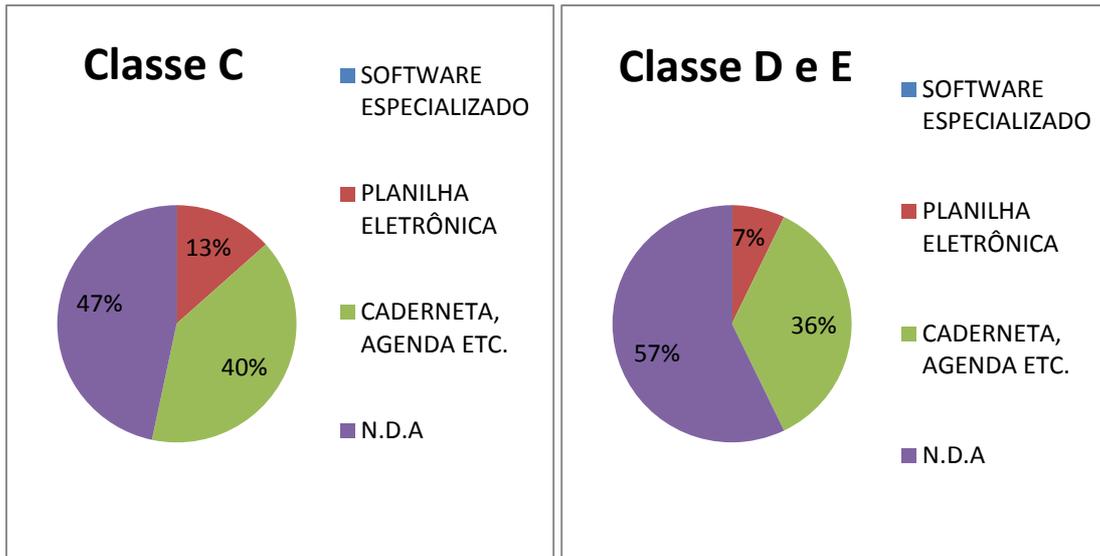
As classes D e E, foram as classes que mais consomem, onde 100% das famílias separam a maior parte de sua renda para as despesas de consumo, portanto, está totalmente de acordo com a **Tabela 04**. Remetendo ao pensamento de Bugarim, *et al.*, (2012), que a maior facilidade de crédito está levando as famílias a consumirem mais, por vezes, sem avaliar a real necessidade do bem ou serviço.

Prosseguindo com as análises, a **Figura 12** mostra a forma de controle das famílias, onde estas responderam entre *software*, planilha eletrônica, caderneta (caderno, bloco de notas etc.) ou nenhuma dessas alternativas (especificando na questão seguinte qual a forma de controle).

Figura 12: Ferramenta de Controle.

(continua)





Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Verificou-se que a forma de controle destas famílias está diretamente ligada ao Planejamento/Orçamento (**Figuras 08 e 09**), onde na classe A, cerca de 20% dos entrevistados não utilizam qualquer “formalidade” para controle de suas finanças (assim como na **figura 08**); na classe B, 6%; na C, 47%. Vale destacar, que não completa 100% de acordo com a **Figura 08**, mas se verificar a **Figura 09**, é notado que existe um percentual que não utiliza o Orçamento. Para as classes D e E, o percentual de 57%.

Diante das respostas, salienta-se que, dos participantes que não utilizam de nenhuma das ferramentas acima, acredita-se fazer o controle financeiro de forma intuitiva, popularmente conhecido como de “cabeça”, mostrando que grande parte das pessoas e/ou famílias controlam suas finanças de forma inconsciente e adaptando suas finanças de forma informal, conforme as despesas surgem (ROSA, 2007).

Como a questão do controle contém *link* direto com as questões relacionadas ao Planejamento/Orçamento, notou-se que existe a formalização (escrita) desde a elaboração do Orçamento Familiar, corroborando com IEF (2010), onde um Orçamento Familiar de forma escrita demonstra maior interesse em sua utilização, além de uma maior precisão no levantamento das contas e informações com melhor qualidade. Essa conexão com o Planejamento vai de acordo com o pensamento de Oliveira (2005), onde o controle consiste em verificar se o que foi planejado está de acordo com o executado.

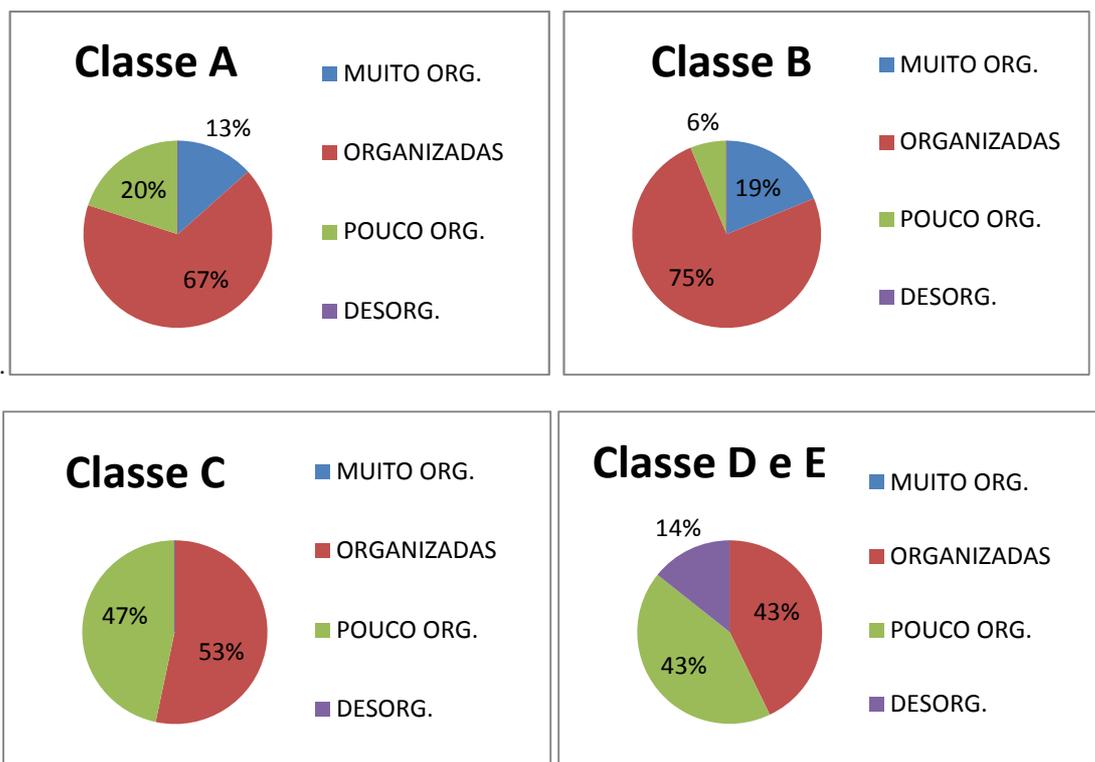
Também, o Orçamento organizado possibilita a alocação correta dos recursos, as prioridades são definidas com mais propriedade, além de identificar corretamente a proporção que se deve gastar e investir (SILVA, 2007).

Verificou-se também que a tríade Planejamento/Orçamento/Controle influencia diretamente a organização financeira familiar (figura 13), bem como a sua saúde financeira (**Figura 14**).

A **Figura 13**, buscou identificar – através das respostas dos participantes – como andam suas finanças familiares. Foi perguntando se eles consideram que estão muito organizadas; organizadas; pouco organizadas ou desorganizadas.

As respostas obtidas foram esclarecedoras e de formas distintas em relação as classe sociais, conforme verifica-se:

Figura 13: Situação Financeira das Famílias.



Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Conforme exposto, 13% dos participantes da classe A consideram suas finanças muito organizadas, enquanto 67% consideram organizadas e 20% pouco organizadas. Isso mostra claramente a ligação do Planejamento, Orçamento e Controle, onde o percentual de participantes que consideram suas finanças pouco organizadas, foi o mesmo percentual de participantes que não planejam e o mesmo que não possui ferramenta “formal” de controle.

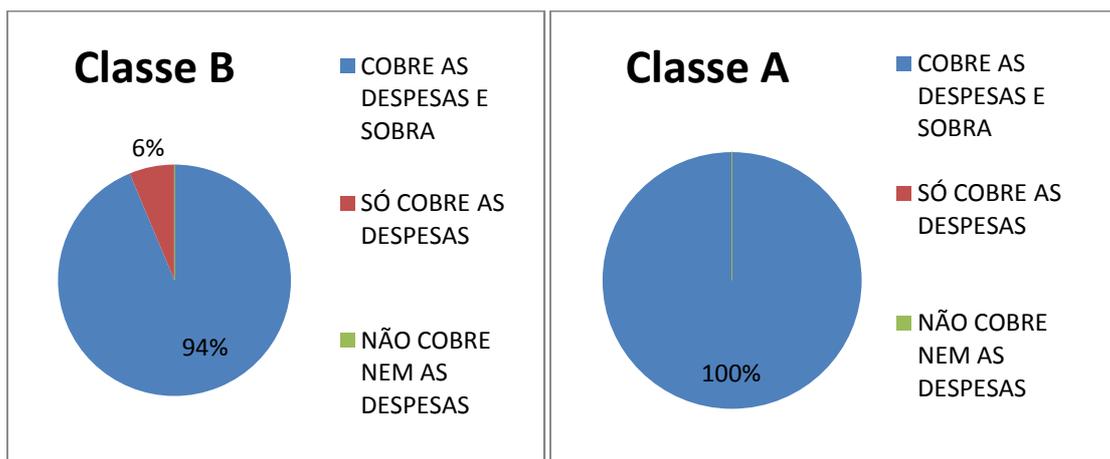
Isso ocorre em todas as outras classes, onde, 75% dos participantes da classe B, 53% da C e 43% da D e E, consideram organizadas e 6% da B, 47% da C e 43% da D e E, consideram pouco organizadas. Salientando que na classe B, foi verificado que 19% dos participantes consideram suas finanças muito organizadas e 14% da classe D e E consideram suas finanças desorganizadas.

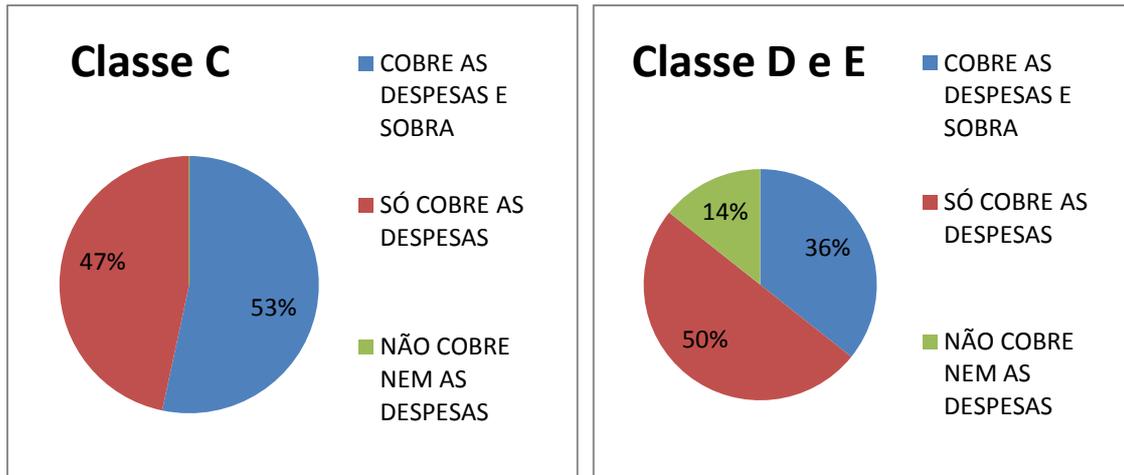
As famílias que consideram suas finanças pouco organizadas e desorganizadas, entram naquela parcela de famílias brasileiras que não tem o costume de planejar, muito menos controlar (ACQUESTA, 2009). No entanto, vai na contra-mão do próprio Acquesta (2009), quando ele afirma que as famílias que não planejam e não controlam suas finanças, o fazem por estarem na zona de conforto, e isso não é o que se verificou nesta pesquisa, pois os participantes que mais planejam e controlam suas finanças, são os das classes com maior poder aquisitivo, ou seja, famílias com estabilidade financeira maior (que poderiam se acomodar com essa estabilidade), planejam e controlam suas finanças, mais do que as classes consideradas mais baixas (C, D e E).

A **Figura 14**, demonstra como está o resultado financeiro dos participantes, dentre as classes sociais pesquisadas. Esta teve o objetivo de se verificar a tríade Planejamento, Orçamento e Controle influencia no endividamento destas famílias.

Figura 14: Capacidade de quitação de dívidas.

(continua)





Fonte: Pesquisa Direta (2013).

Observa-se que a situação financeira atual dos participantes da classe A 100% dá para cobrir todas as despesas de consumo e ainda sobra para investir. Obviamente isso se deve, em parte, a sua renda – pois até os participante que não planejam, não fazem orçamento e nem controlam, conseguem obter sobras após quitarem suas dividas periódicas - e também através de um raciocínio simples, estes participantes gastam menos do que ganham (CERBASI, 2007).

O fato de que Orçamento Familiar bem elaborado é uma ponte perfeita para se fazer sobrar dinheiro (LUIZ CARLOS *apud* FABRIZIO, 2007), serve perfeitamente para os participantes das demais classes, pois os sresultados foram próximos (quando não idênticos) aos obtidos nas questões sobre Planejamento/Orçamento, Controle e Organização das Finanças Pessoais e/ou Familiares dentre as classes B, C, D e E. Onde, 94% da classe B, 53% da C e 36% da D e E, conseguem cobrir as despesas de consumo e ainda poupar para investir (ou apenas poupar) e 6% da classe B, 47% da C e 50% da D e E, apenas conseguem cobrir as despesas de consumo.

Chama-se atenção que 28% dos participantes, então, com as receitas completamente comprometidas com consumo – sua maior parte, pertencentes a classe C, D e E - . Outro detalhe importante é que 14% dos participantes da classe D e E, não conseguem nem cobrir as despesas de consumo – coincidentemente, os mesmo 14% que consideram suas finanças desorganizadas como mostra a figura **Figura 13**.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Pesquisa teve como proposta analisar o Orçamento Familiar como forma de planejamento para o consumo nas classes sociais distintas da AABANE. Para tanto, foi necessário o alcance dos objetivos específicos, onde o primeiro era identificar as classes sociais pertencentes ao universo escolhido.

Com isso, foram estratificadas cinco classes sociais (A, B, C D e E). O segundo objetivo foi alcançado no sentido em que se verificou que dos 60 participantes, aproximadamente 70% planejam suas finanças através do Orçamento Familiar. Em relação a sua elaboração foi compreendido que, de uma forma geral o Orçamento Familiar destes participantes é voltado para o consumo, pois houve uma clara vantagem deste item como prioridade máxima durante sua elaboração, também, não se divergindo em relação aos itens secundários (investimentos físicos, investimentos financeiros etc).

No entanto, observou-se que durante a elaboração do Orçamento Familiar, no que se refere a parcela de recursos que separam os itens mencionados na tabela 04, as classes A e B foram rigorosamente idênticas, onde se verificou em alguns participantes que, mesmo a prioridade sendo as despesas de consumo, a parcela maior de seus recursos (42% em ambas classes) é destinada à algum tipo de investimento (financeiros ou físicos). Já na classe C, apesar de 100% dos participantes que elaboram o Orçamento Familiar, colocarem as despesas de consumo como prioridade máxima em sua elaboração, 12% destes tiram maior parte de seus recursos para viagens e lazer e 13% para investimentos financeiros e 100% dos participantes das classes D e E elaboram seu Orçamento completa em função do consumo.

No que tange a interferência do Orçamento Familiar, verificou-se em alguns participantes pertencentes as classes A, B e C, que, mesmo que o consumo seja prioridade, o seu Orçamento têm outros objetivos, como investimentos, por exemplo, indicando uma clara interferência.

Sendo assim, indicou-se que as classes sociais elaboram Orçamento Familiar de forma distinta e que, de forma geral o Orçamento é voltado para o consumo, confirmando a hipótese apresentada.

Para Pesquisas futuras em relação a esta temática, será interessante uma expansão desta Pesquisa, voltando para as famílias de classes mais baixas (C e D), pois se verificou uma tendência destas famílias utilizarem menos o Orçamento Familiar. Com isso, pode-se analisar o grau de utilização do Orçamento, a fim de verificar a qualidade de sua utilização,

bem como, abrir uma proposta de elaboração de Orçamento Familiar que possa servir de modelo para estas famílias.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A.B.M.N. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR E ORCAMENTO DOMÉSTICO: prática e importância em um grupo do município de Cataguases- MG.**

Cataguases, 2010. Disponível em:

<[http://www.sudamerica.edu.br/arquivos\\_internos/publicacoes/PLANEJAMENTO\\_FINANCEIRO\\_FAMILIAR\\_E\\_O\\_ORCAMENTO\\_DOMESTICO.pdf](http://www.sudamerica.edu.br/arquivos_internos/publicacoes/PLANEJAMENTO_FINANCEIRO_FAMILIAR_E_O_ORCAMENTO_DOMESTICO.pdf)> Acesso em: 20/05/13.

ACQUESTA, J.C. **Administração Financeira pessoal e sistema de apoio e controle e tomada de decisão**, 2009. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Tecnologia da Zona Leste. Disponível em: <<http://fateczl.edu.br/TCC/2009-1/tcc-25.pdf>> Acesso em: 22/05/1013.

BARKI, E.E.R. **Estratégias de empresas varejistas direcionadas para a baixa renda: um estudo exploratório.** Fundação Getulio Vargas escola de administração de empresas de são paulo, São Paulo-SP, 2005. Disponível em:

<[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2343/1\\_75207.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2343/1_75207.pdf?sequence=1)> Acesso em: 28/05/2013.

BOVESPA, **Introdução ao Mercado de Capitais**, 2013. Disponível em:

<<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/merccap.pdf>>. Acesso em: 05/06/2013

BUGARIM, M.C.C. *et al.*, **Orçamento Familiar E Controle Social - Instrumentos de Orgaização da Sociedade.** 2a edição, Brasília 2012.

CARNEIRO, M. **Poupança: conceitos e características. Blog Gestão Empresarial e Familiar**, 2013. Disponível em: <<http://www.revive.com.br/blog/murilo/post/poupanca-conceito-e-caracteristicas/>> Acesso em: 15/06/2013.

CERBASI, G. **Investir não é o mesmo que poupar**, 2007. Disponível em:

<<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/1/39/investir-nao-e-o-mesmo-que-poupar>> Acesso em: 13/06/2013.

DA FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** UECE, Fortaleza- CE, 2002.

DA SILVA, K. D. **Família no Direito Civil Brasileiro.** Rev. Npi/Fmr. set. 2010. Disponível em:< <http://www.fmr.edu.br/npi.html>> Acesso em: 05/06/2013.

DA SILVA, M.L. **Contabilidade pessoal: Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas.** UFSC, 2007. Disponível em:

<<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292629>> Acesso em: 29/04/2013.

FERRARI, J. S. **Consumismo.** Brasil Escola. Disponível em:

<<http://www.brasilecola.com/psicologia/consumismo.htm>> Acesso em: 07/06/2013

FIBRA- Fundação Itaipu Brasil. **Planejamento Financeiro Pessoal.** Disponível em:

<<http://www.fundacaoitaipu.com.br/pefp/sites/default/files/apostila-fibra.pdf>> Acesso em: 03/06/2013.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FUMAGALHI, S. **Planejamento Orçamentário: um estudo de caso em uma concessionária de motocicletas. Juína- MT, 2009. Disponível em:** <[http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia\\_20110915120432.pdf](http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110915120432.pdf)> Acesso em: 13/05/2013

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GITMAN, L.J. **Princípios de Administração Financeira – Essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GONÇALVES, J.A.T. **Como fazer uma monografia**. 2009. Disponível em: <<http://metodologiadapesquisa.blogspot.com.br/>> Acesso em: 25/06/2013.

GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** Brasília- DF. Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>> Acesso em: 17/06/2013.

GÜNTHER, M. **Planejamento das Finanças Pessoais: benefícios e influências na qualidade de vida**. UNIDAVI, 2008. Rio do Sul – SC. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aCAHvrU6JtwJ:www.unidavi.edu.br/%3Fpagina%3DFILE%26id%3D42407+Planejamento+das+Finan%C3%A7as+Pessoais:+benef%C3%ADcios+e+influ%C3%A7%C3%A7%C3%A7+C3%A7+qualidade+de+vida.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aCAHvrU6JtwJ:www.unidavi.edu.br/%3Fpagina%3DFILE%26id%3D42407+Planejamento+das+Finan%C3%A7as+Pessoais:+benef%C3%ADcios+e+influ%C3%A7%C3%A7%C3%A7%C3%A7%C3%A7+qualidade+de+vida.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> Acesso em: 11/05/2013.

HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG, E. M. O **Planejamento Financeiro como Instrumento de Qualidade de Vida**. Disponível em: <[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel\\_gestao\\_orcamentaria\\_financeira\\_e\\_recursos\\_humanos/o\\_planejamento.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf)>. Acesso em 17/06/2013.

HOJI, M. **Administração Financeira na Prática: Guia para Educação Financeira Corporativa e Gestão Financeira Pessoal**, Ed. Atlas, São Paulo-SP, 2007.

IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 05/05/2013.

IBGE- **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2010: Despesas, Rendimentos e Condições de vida**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/POFpublicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf)> Acesso em: 06/06/2013.

IBGE - **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)**, 2011. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2011/Sintese\\_Indicadores/comentarios2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/comentarios2011.pdf)> Acesso em 06/06/2013.

IBGE- **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira em 2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf)> Acesso em: 02/06/2013.

IEF - Instituto de Estudos Financeiros. **Planejamento Financeiro Familiar**. Disponível em: <<http://www.ief.com.br/bolso.htm>> Acesso em 10/11/2010> Acesso em: 04/05/2013.

INFOMONEY. **Dicas de como fazer o orçamento funcionar**.

<[http://web.infomoney.com.br/suas\\_financeiras/orcamento/familia/](http://web.infomoney.com.br/suas_financeiras/orcamento/familia/)> Acesso em 13/06/2013.

JUNIOR, J.A.M. **Comunicação Organizacional: Contribuição para a Reputação e Satisfação para o Trabalho dos Funcionários da Regional da Emater – MG em Viçosa**.

2009. Disponível em: <[http://issuu.com/agnaldomontesso/docs/monografia\\_jornalismo\\_ufv](http://issuu.com/agnaldomontesso/docs/monografia_jornalismo_ufv)> Acesso em: 16/06/2013.

LOPES, J.J.M. **A importância do orçamento familiar**. FEAD, Belo Horizonte, 2011.

MACEDO, Jurandir Sell Jr. **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MAGALHÃES, A. R. **Aplicação do Orçamento matricial para redução de custos de terceirização em uma empresa**. Taubaté: Unitau, 2009. Disponível em:

<[http://www.bdtd.unitau.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=320](http://www.bdtd.unitau.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=320)> Acesso em: 29/05/2013.

NAKATA, Rogério. **Serviços de Planejamento Financeiro. Qual a importância de ter seu próprio Planejamento Financeiro Pessoal ou Familiar?** Disponível em

<[http://www.economicomportamental.com.br/planejamento\\_financeiro\\_pessoal\\_ou\\_familiar.asp](http://www.economicomportamental.com.br/planejamento_financeiro_pessoal_ou_familiar.asp)>. Acesso em 15/05/2013.

NOGUEIRA, M.B. **A Família: Conceito E Evolução Histórica E Sua Importância**.

Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf>> Acesso em: 24/05/2013

OLIVEIRA, A. **Comissão de Vendas na CLT**. Centro de Produções Técnicas, 2013.

Disponível em: <<http://www.cpt.com.br/cursos-gestaoempresarial/artigos/comissao-de-vendas-na-clt>> Acesso em: 04/06/2013.

OLIVEIRA, C.B., MARQUES, E.F., PASQUA, T.D. **Análise da viabilidade financeira para ampliação da tornearia blank**. Cascavel-PR, 2011. Disponível em:

<<http://www.fag.edu.br/sis/upload/graduacao/tcc/51378bfc80525.pdf>> Acesso em: 03/06/2013.

OLIVEIRA, D.P.R. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2007.

**ORÇAMENTO doméstico uma abordagem prática**. Disponível em

<<http://www.webartigos.com/artigos/orcamento-domestico-uma-abordagempratica/22281/>>. Acesso em 14/15/2013.

PADOVEZE, C.L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2004.

ROCHA, A. **Administração: planejamento, organização, direção e controle**. Disponível em: <<http://mcogomes.files.wordpress.com/2008/05/apostila-de-administracao.pdf>> Acesso em: 25/05/2013.

PARSLOE, E.; WRIGHT, R. **O Orçamento**. São Paulo: Nobel, 2001.

**PLANÍLHA DE ORÇAMENTO DOMÉSTICO**. Disponível em: <<http://www.guiadeinvestimento.com.br/planilha-orcamento-domestico/>> Acesso em: 01/06/2013.

REBOUÇAS, D.P. **Planejamento Estratégico – Conceitos e Metodologia Práticas**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, R.S. A. **Importância do Controle Interno na Gestão de uma Pequena Empresa Fornecedora de Produtos e Serviços para Laboratórios**, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292618>> Acesso em: 08/06/2013.

ROSS, S. A; WESTERFIELD, R.W; JAFFE, J.F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ, C. A. **O Orçamento empresarial: uma visão estratégica**. Disponível em: <<http://www.crmconsultoria.com.br/opinioes/2009/10/06/o-orcamento-empresarial-uma-visao-estrategica/>>. Acesso em: 20/06/2013.

SANTANA, J. M.; LIMA, A.E.C.; LIMA, M.S. **Maslow e a motivação de recursos humanos: o caso de uma empresa de veículos automotores de Aracaju/Se**. Disponível em: <[http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc\\_1190165903\\_40.pdf](http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1190165903_40.pdf)> Acesso em: 10/06/2013.

SEBRAE, **Orçamento Empresarial**. 2011. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/62769153B53E776303256F9E00483843/\\$File/NT000A383A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/62769153B53E776303256F9E00483843/$File/NT000A383A.pdf)> Acesso em: 04/06/2013

SOARES, E. **Metodologia científica lógica, epistemologia e normas**. São Paulo – SP. Ed. Atlas S.A. 2003.

SOUSA, A.F. **A Gestão dos Próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal**. [s.d.] Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-\\_A\\_gest%E3o\\_dos\\_pr%F3prios\\_recursos.PDF](http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-_A_gest%E3o_dos_pr%F3prios_recursos.PDF)>. Acesso em: 02/06/2013.

TEIXEIRA, K.M.D. **A administração dos recursos na família: Quem? Como? Por quê? Para quê?** Viçosa: Ed. UFV, 2005.

TEIXEIRA, K.M.D. **Algumas considerações sobre a administração financeira na família**. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=16&acao=exibir>>. Acesso em 17/06/2013.

ZANELA, A. B., TAFFAREL, C.M., CANCI, E. **Programação Educacional Econômica-Orçamento Familiar**. Unochapecó- SC. Disponível em:  
<<http://www.unochapeco.edu.br/static/files/trabalhos-anais/Extens%C3%A3o/Educa%C3%A7%C3%A3o/Angelo%20Briao%20Zanela.pdf>>  
Acesso em: 05/06/2013.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Planejamento Financeiro e Orçamento**. 4 ed. Porto Alegre, Sagra Luzzalto, 2003.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Eu sou **FABIO LEOPOLDO**, acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia *campus* de Vitória da Conquista, estando cursando o décimo semestre, sendo, portanto, concluinte do curso. Desta forma, peço sua colaboração para responder ao questionário que possui como objetivo a fundamentação da minha pesquisa cujo tema é: **ORÇAMENTO FAMILIAR COMO FORMA DE PLANEJAMENTO PARA CONSUMO, DE PARTICIPANTES DE CLASSES SOCIAIS DIFERENTES: UMA PESQUISA REALIZADA EM 2013 NA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANEB (AABANEB)** - consistindo em verificar, como as pessoas, das diversas classes sociais, se planejam para consumo, já que, está se vivenciando, atualmente, na economia o retorno do processo inflacionário (aumento contínuo de preços).

Ao responder o questionário estará autorizando que suas informações possam ser utilizadas pelo pesquisador, porém a sua identificação será mantida em sigilo.

Obrigado por sua contribuição!

1 - Composição do núcleo familiar:

de 1 a 2 pessoas  de 3 a 5 pessoas  de 6 a 8 pessoas  de 9 pessoas acima

2 - Quantas pessoas participam da composição da renda familiar?

1 -  2 -  3 -  4 -  de 5 acima

3 – Qual a sua renda familiar:

até R\$ 1.356,00;

de R\$ 1.357,00 a R\$ 2.712,00;

de R\$ 2.713,00 a R\$ 6.780,00;

de R\$ 6.781,00 a R\$ 13.560,00;

acima de R\$ 13.560,00.

4 – Você planeja a utilização de sua renda? Caso negativo, **avance** para a **questão 5**.

SIM  NÃO

4.1 – Você costuma realizar um Orçamento?

SIM  NÃO

4.2 – No processo de elaboração do Orçamento, o que você considera mais relevante?

Preço  Qualidade  Necessidade  Outra: \_\_\_\_\_

4.3 – Dos itens elencados abaixo, enumere, por ordem de prioridade para o gasto do seu Orçamento:

A - ( ) Viagens e lazer;

B - ( ) Aplicações financeiras (ex. poupança, CDB, ações etc.);

C - ( ) Despesas de consumo (habitação, saúde, alimentação, educação etc.);

D - ( ) Investimentos físicos (imóvel, automóvel, bens domésticos etc.);

E - ( ) Previdência privada;

F - ( ) Outro: \_\_\_\_\_

4.4 – Dos itens listados acima, qual compromete o maior percentual de sua renda?

( )

5 – Como você dá a destinação de sua renda? (Apenas responda se você **NÃO** planeja a utilização de sua renda).

---

6 - Para o controle de sua renda familiar, você utiliza algum dos meios a seguir?

( ) Software específico ( ) Planilha eletrônica (*Excel*)

( ) Caderneta ou agenda ( ) Não

7 – Caso não utilize os meios da questão anterior, informe como você realiza o controle:

\_\_\_\_\_.

8 – Como você classifica que estão, atualmente, as suas finanças:

( ) Muito organizadas ( ) Organizadas

( ) Pouco organizadas ( ) Desorganizadas

9 – Com o nível atual de sua renda familiar:

( ) Dá para arcar com todas as despesas de consumo e ainda sobra para investir;

( ) Só dá para arcar com as despesas de consumo;

( ) não dá para cobrir nem as despesas de consumo.

## ANEXO

**RELAÇÃO DE SÓCIOS CONTRIBUINTES DA A.A. BANEB**

Atualizada em junho de 2013

<b>NOME</b>
ABSAMAR BARRETO SIMÕES
ADALBERTO PINHEIRO DOS SANTOS
ADIBE SILVA BRITO
ADRIANO DAMASCENO AMARAL
AGLAILTON ALVES CABRAL
AHILTON CORREIA SANTOS
ALBERTO MORAIS MUNIZ
ALEXANDRE PEREIRA OLIVEIRA SANTOS
ALEXSANDRO CORREIA DE SOUZA
ALEXSANDRO GAMA DE SOUZA
AMERICO PEREIRA NETO
ANDERSON CASTRO DE OLIVEIRA
ANTÔNIO ALVES CABRAL FILHO
ANTÔNIO PAULO BRITO REIS
ARISTÓTELES FERNANDES
BRUNO BRITO
BRUNO PRATES SANTOS ROCHA
CAMILO FRADE
CLAUDIO CLEVERSON ANDRADE CAVALCANTI
DANIEL DE OLIVEIRA BRITO
DIEGO MENEZES CUNHA
EDUARDO AUGUSTO BRITO AREAS
ELANO SOUZA SILVA
ENOCK SOUZA AMARAL JUNIOR
EVALDO FERRAZ LIMA
FABRICIO ANDRADE LEITE
GILDETE ROCHA CARDOSO
HIGOR ALVES BRITO
IALDO NASCIMENTO DE SOUZA
IGOR DE SANTANA
ILAN CAIO COQUEIRO CAMPOS
ISAAC DA SILVA NASCIMENTO
ITAMAR PINHEIRO DE SOUZA
JONATAN CORREIA MORAES
JOSÉ LUIS SANTOS AGUIAR
JOSÉ OLÍMPIO CARDOSO DA SILVEIRA
JOSÉ PAULO NASCIMENTO

JOSÉ UESLEM BARROS DIAS
JULIANO OLIVEIRA DE CARVALHO
JURANDIR PEIXOTO
LUIS CLAUDIO FERRAZ BOTELHO
LUIS DE JESUS ANDRADE JUNIOR
MARCELO AUGUSTO BRITO BARCELAR
MARCELO BORBA FREIRE
MARCOS DIAS
MARCOS PRATES SANTOS
NELSON BARBOSA BRITO
NIVAL MATOS
OLIVALDO DE OLIVEIRA PORTO JÚNIOR
ORDELIO LIMA DE SOUZA
PAULO CESAR PINHEIRO DE SOUZA
PAULO RANGEL
PEDRO ALBERTO GUIMARÃES LIMA
PEDRO ALEXANDRE MASSINHA
RAFAEL QUEIROZ MAGALHÃES
RANIER LAGO AMORIM
RENATO SANTOS MARQUES
ROBÉRIO DE MATOS
ROMAR DE MATOS RODRIGUES
RÔMULO GUSMÃO DE ALBUQUERQUE
THIAGO LUDOVICO VASCONCELOS COSTA
THIAGO MAIA
UBIRAJARA CARVALHO GIL DA SILVA
VANDERLEY ROCHA DA SILVA
VLADIMIR DIAS DE SOUZA
WANDER CLEUBER LOPES
YURI JEAN DUARTE ANDRADE